

CARLA GIMENIS DE MOURA

CONCESSÃO E PERMISSÃO DE PORTOS SECOS

CURITIBA

2004

CARLA GIMENIS DE MOURA

CONCESSÃO E PERMISSÃO DE PORTOS SECOS

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharela
no Curso de Graduação em Direito,
Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Angela Cassia Costaldello

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO


CARLA GIMENIS DE MOURA

CONCESSÃO E PERMISSÃO DE PORTOS SECOS

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a):


Prof.^a Dr.^ª Angela Cassia Costaldello


Prof. Dr. Luiz Marlo de Barros Silva


Prof.^a Dr.^ª Lígia Melo

Curitiba, 03 de dezembro de 2004

A Deus,
inspirador fiel, único digno de receber toda a honra que
possa advir deste trabalho;

À professora Angela Cassia Costaldello, pela orientação;

À minha família, namorado e amigos, pela graça de tê-los
em minha vida.

“Não espere pela inspiração. Não se chega a lugar nenhum agindo assim. Sua mente tem de saber que precisa arregaçar as mangas e enfrentar o trabalho”.

Pearl S. Duck

SUMÁRIO

RESUMO	VI
1 INTRODUÇÃO	1
2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	5
2.1 Noções preliminares.....	5
2.2 A prestação de serviços públicos na atualidade.....	10
2.3 Busca de soluções para conferir eficiência estatal à prestação de serviços públicos e a terceirização sob a forma de concessão ou de permissão.....	13
2.4 A delegação de serviços públicos a particulares.....	19
2.5 Posicionamento histórico da concessão de serviço público e o direito comparado....	21
2.6 Regulamentação e referência constitucional à concessão e à permissão de serviços públicos	28
3 CONCESSÃO E PERMISSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	32
3.1 Noções e conceito de concessão e de permissão de serviços públicos	32
3.2 Características da concessão e da permissão	35
4 CONCESSÃO E PERMISSÃO DE FUNCIONAMENTO DE PORTOS SECOS ...	42
4.1 Noções e conceitos introdutórios	42
4.2 Concessão e permissão de extensões aduaneiras e de terminais alfandegados – definição, finalidades e vantagens dos portos secos	45
4.3 Características gerais e procedimentos na concessão e permissão de portos secos....	50
5 CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	64

RESUMO

O objetivo desta monografia é mostrar a implementação de portos secos por delegação a terceiros como forma de solução para a ineficiência estatal na prestação de serviços públicos de movimentação e de armazenagem de cargas. Como sugestão, propõe-se uma leitura das condições da prestação de serviços públicos pelo Estado; da compreensão de alguns porquês da ineficiência estatal na prestação desses serviços; das alternativas de realização das necessidades coletivas mediante delegação a terceiros; assim como do papel da interiorização aduaneira como modelo de ‘desburocratização’ e de viabilização dos processos de exportação e importação no país.

1 INTRODUÇÃO

Para estudo que contemplasse um assunto atual, elegeu-se o tema que trata das novas necessidades de prestação de serviço público estabelecidas pelo fenômeno da acentuada internacionalização das produções nacionais. Atribuir a terceiros serviços secundários sob forma de concessão e de permissão para que o Estado possa gerir com mais eficiência os escassos recursos e melhor sobreviver no mundo da economia globalizada impõe-se como estratégia inadiável.

Esta pesquisa discorre assim, embora de forma superficial, sobre alguns assuntos jurídicos correlatos ao objeto da monografia, na medida necessária para um maior entendimento dos aspectos fundamentais da concessão e da permissão dos portos secos, tendo em vista que ainda não existe doutrina jurídica especializada a respeito do tema. Desta forma, a abordagem do assunto surge como uma “inovação” quanto ao tratamento da concessão e da permissão de serviços públicos, embora esta não fosse a real intenção desta monografia.

Solucionou-se a questão da falta de material de pesquisa consultando-se, por analogia, doutrina jurídica que aborda, em sentido amplo, a concessão e a permissão de serviços públicos; utilizaram-se também as Leis nº 8.987/1995 e 9.074/1995 e o Decreto-lei nº 4.765/2003. A base teórica para o desenvolvimento do tema proposto surgiu da busca incansável por informações em livros de comércio exterior e em *sites* que tratam de assuntos aduaneiros na Internet, bem como de um edital de concorrência para a concessão de portos secos fornecido pela Superintendência Regional da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, em Curitiba, que está anexo a este trabalho.

O Estado, diante da ineficiência na prestação de alguns serviços públicos, busca uma redefinição de parâmetros que lhe permitam descentralizar seu desempenho na função de garantidor da satisfação das necessidades públicas, prestando determinados serviços à coletividade com maior qualidade e menor custo.

Paralelamente, tem, da mesma forma, despendido esforços no sentido de

evitar o crescimento excessivo da máquina administrativa, transferindo ao setor privado a realização de atividades que, em passado recente, eram prestadas de forma exclusiva e centralizada pela Administração Pública.

Nesse processo de mudanças, o tema, *Concessão e Permissão de Portos Secos*, torna-se extremamente relevante, posto que corresponde a um instrumento que tem sido amplamente utilizado pela Administração como estratégia para alcançar descentralização e parceria entre os setores público e privado na prestação de serviços de movimentação e armazenagem de cargas.

O estudo apresenta-se em três capítulos. O primeiro traz aspectos fundamentais a respeito de serviços públicos, tais como: noções preliminares que abordam conceito, características, modalidades de atuação estatal, condições e importância dessas atuações na sociedade, noções sobre a centralização e a descentralização na prestação de serviços públicos; a prestação de serviços públicos na atualidade e a ineficiência estatal, surgimento de novas demandas sociais e a globalização; a busca de soluções e a terceirização sob a forma de concessão e permissão; o estabelecimento de parcerias no qual a delegação de serviços públicos a particulares mostra tanto a relação jurídica trilateral quanto o interesse das partes; o posicionamento histórico da concessão e o direito comparado; e, como último aspecto, traz a regulamentação e a referência constitucional da concessão e permissão de serviços públicos.

O segundo capítulo trata, especificamente, da concessão e da permissão de serviços públicos, abordando: noções e conceitos a respeito da concessão e da permissão como forma indireta da prestação de serviços, a diferença que se estabelece entre esses institutos; características da concessão e da permissão envolvendo licitação, necessidade da existência da concorrência, prerrogativas contratuais das partes, política tarifária e as cláusulas exorbitantes. Existe ainda a observação de que muitas das características gerais dos contratos de concessão e de permissão de serviços públicos são aplicadas à concessão e permissão dos portos secos, sendo, portanto,

fundamental à compreensão do último capítulo.

O terceiro, e último capítulo, sintetiza as idéias essenciais do tema proposto para esta monografia. A subdivisão é realizada em três seções; a primeira trata das noções e dos conceitos introdutórios (faz-se a abordagem de algumas definições prévias e importantes para a compreensão do assunto tratado, bem como do contexto no qual se insere a solução de problemas relativos à movimentação e armazenagem de cargas pela interiorização aduaneira). A segunda seção trata da concessão e da permissão de extensões aduaneiras e terminais alfandegados, em que se tecem definição, finalidades e vantagens dos portos secos. A terceira seção traz, por fim, as características gerais e os procedimentos na concessão e permissão de portos secos.

Ressalte-se que, no âmbito dos serviços públicos de movimentação, armazenagem e estocagem de cargas ou mercadorias, com a ideologia que atualmente tem sido utilizada, a concessão e a permissão de portos secos constitui um tema novo – tendo em vista que só passou a ser utilizado em grande escala após a década de 90 –, que, com certeza, sofrerá mudanças e alterações, inclusive porque ainda carece de regulamentação e doutrina mais específica para que se preserve não apenas a segurança das relações jurídicas mas também os princípios que norteiam a Administração Pública como um todo.

A carência de regulação específica refere-se ao fato de que a regulamentação dos portos secos, em expressiva parte, fundamenta-se em decretos e em instruções normativas editadas pela Receita Federal; não existe lei específica, e tal lacuna gera insegurança jurídica, baseada no fato de existirem constantes edições de instruções normativas e decretos alterando a regulamentação anterior. Exemplo disso foi a alteração trazida com o Decreto nº 4.765, de 24 de junho de 2003, no qual se procedeu à mudança da denominação das estações aduaneiras de interior para portos secos. Cabe lembrar que não há relevância prática na mudança da denominação, mas subsiste a preocupação de que outros decretos alterem regras que comprometam a segurança das relações jurídicas vigentes.

Enfim, este trabalho preocupa-se em apontar a possibilidade de utilização desta modalidade de delegação de serviço público a particulares, de modo a implementar uma política de incentivo à exportação e à importação no país e de executar com eficiência os serviços públicos correlatos.

2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

2.1 NOÇÕES PRELIMINARES

Ao poder público incumbe a responsabilidade da prestação de serviços públicos; ao Estado, assim, cabe dispor, na forma da lei, a respeito não apenas do regime de delegação, mas também dos direitos dos usuários, e ainda, da política tarifária, da obrigação de manter serviço adequado e das reclamações relativas à prestação desses serviços.¹

Edimur Ferreira de Faria² ensina que “A Administração Pública, no desempenho de suas atividades institucionais políticas e administrativas, presta serviços destinados a atender às necessidades básicas da coletividade. Tais serviços são chamados de serviços públicos”.

A prestação de serviços públicos tem relação com a discussão sobre a finalidade do Estado, em vista da necessidade histórica e política de obter resultados impossíveis de serem alcançados individualmente; somente mediante atuação estatal as demandas sociais coletivas podem ser satisfeitas, sobretudo porque o Estado detém as condições estruturais para a satisfação integral das necessidades do grupo social que o integra e que o legitima.

Celso Antônio Bandeira de Mello³ afirma que “em linguagem leiga costuma-se designar como ‘serviço’ tudo aquilo que o Estado faz, ou, pelo menos, toda

¹ Constituição Federal de 1988, arts. 175, parágrafo único, e 37, parágrafo 3º.

² FARIA, Edimur Ferreira de. *Curso de Direito Administrativo Positivo*. Belo Horizonte, 1997. p. 329.

³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, 2001. p. 602.

atividade administrativa por ele desempenhada”, o que, todavia, nem sempre corresponde, juridicamente, a serviços públicos.

Ainda para o administrativista, serviço público inclui “toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material fruível diretamente pelos administrados, prestados pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais – instituído pelo Estado em favor dos interesses que houver definido como próprios no sistema normativo”.⁴

Constituindo a Administração Pública aparelhamento do Estado voltado para a satisfação das necessidades coletivas, entende-se que a legitimidade do Estado-Administração depende da eficiência dessa mesma Administração na prestação de serviços públicos essenciais para a proteção dos direitos fundamentais.

Os conceitos de serviço público, segundo alguns doutrinadores brasileiros, complementam a idéia de que as necessidades essenciais da coletividade devem ser atendidas pelo Estado, porque ao Estado cabe a preservação da dignidade da pessoa humana e a proteção dos direitos fundamentais de cada cidadão.

Hely Lopes Meirelles⁵ conceitua serviço público, de uma forma ampla, como “todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado”.

No aspecto da atuação estatal, o Estado pode tanto assumir a posição de empresário no âmbito da atividade econômica quanto gerir ou executar serviços de utilidade pública e, ainda, realizar serviços não circunscritos ao âmbito de sua obrigação de administrar.

Para Marçal Justen Filho, a doutrina brasileira, “(...) diferencia duas

⁴ BANDEIRA DE MELLO, op.cit., p. 597.

⁵ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo, 2003. p. 319.

modalidades de atuação estatal no domínio econômico. Uma espécie de atuação corresponde ao exercício de atividade econômica; outra consiste na prestação de serviço público”.⁶ O renomado professor observa que a distinção entre serviço público e atividade econômica propriamente dita estabelece-se na relação entre a necessidade a ser satisfeita e a dignidade da pessoa humana.

Quando se alude à satisfação de uma necessidade essencial, está a se indicar um vínculo de instrumentalidade direta e imediata entre a atividade e a dignidade humana. Sempre que uma certa necessidade humana for qualificável como manifestação direta e imediata da dignidade inerente ao ser humano, sua satisfação tenderá a produzir um *serviço público*. Nesses casos, configura-se a obrigatoriedade da satisfação de certa necessidade. Portanto, as atividades materiais necessárias ao suprimento dessa necessidade e a titularidade da competência para desempenho serão atribuídas ao Estado.

Quanto à obrigação do Estado na prestação dos serviços essenciais, Maria Luiza Machado Granziera⁷ lembra que “O traço conceitual que distingue os serviços públicos das demais atividades econômicas é a essencialidade, pois sua falta expõe a danos tanto pessoas como seus bens. Também, por essa razão, esses serviços estão adstritos ao princípio da continuidade”.

Uma das modalidades de atuação estatal, já mencionada anteriormente, refere-se à prestação dos serviços públicos “*lato senso*”, entre os quais se incluem os serviços de utilidade pública e os serviços estritamente públicos. Aqueles, interessantes de serem executados diretamente pelo Estado ou sob seu controle, em decorrência disso, passíveis de se delegar a terceiros, enquanto estes se reservam ao exercício personalíssimo do Estado.

⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria Geral das Concessões de Serviço Público*. São Paulo, 2003. p. 18.

⁷ GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Contratos administrativos: gestão teoria e prática*. São Paulo, 2002. p. 111.

Outra modalidade de atuação do Estado situa-se no âmbito da atividade econômica, sob a forma de empresário, cujo interesse contempla tanto o acúmulo de bens quanto o lucro, eventualmente com a finalidade de distribuição social da riqueza. Tais interesses, no entanto, sujeitam-se às leis econômicas que, atualmente, transitam em vertentes mundiais e sofrem direta e constante influência tanto da efemeridade dessas leis quanto das ocorrências econômicas do mercado globalizado.

Por fim, como uma terceira modalidade de atuação, há a realização dos serviços que não se impõem como razão de ser do Estado, mas que são úteis ou necessários para a implementação de políticas públicas que possam incentivar o desenvolvimento econômico e o progresso para o país.

Com relação a essas modalidades de atuação, o Estado pode prestar os serviços públicos *diretamente* (mediante órgão ou pessoas jurídicas criadas para essa finalidade mediante delegação legal), ou *indiretamente*, por meio de concessão ou de permissão a empresas particulares.

A prestação de serviços públicos pode ocorrer de *forma direta* – quando a Administração Pública atua por si mesma – ou de *forma indireta* – hipótese em que a atividade é prestada por entidades que compõem a chamada Administração Indireta do Estado, que não integram a Administração Pública Centralizada.⁸ Nesse aspecto, percebe-se a divisão clássica das formas de prestação dos serviços públicos em *prestação centralizada e prestação descentralizada*.

Sob um aspecto administrativo⁹ a centralização ou a descentralização dá-se

⁸ MEIRELLES, op.cit., p. 324.

⁹ Para Ruth Helena Pimentel de Oliveira as expressões centralização e descentralização podem ser utilizadas em dois sentidos: (1) em sentido político; (2) em sentido administrativo. Em sentido político, centralização e descentralização significam as duas formas de organização do Estado: o Estado Unitário e o Estado Federal. In: *Entidades Prestadoras de Serviços Públicos e Responsabilidade Extracontratual*. São Paulo, 2003. p. 55-56.

em relação a uma atividade administrativa, e não política. Maria Sylvia Zanella Di Pietro explica: “Fala-se em centralização quando o desempenho da atividade administrativa é entregue a uma só pessoa, ao Estado, que atua por intermédio de sua estrutura administrativa – seus órgãos e agentes, em seu nome e sob sua responsabilidade. Neste caso, como é o próprio Estado que executa e administra a atividade, fala-se em Administração Direta”.¹⁰

Haverá serviço público descentralizado quando se transferir a atividade ou seu exercício para outra pessoa jurídica que não o Estado. Neste caso, fala-se em Administração Indireta do Estado, que é composta por entidades tais como: autarquias, fundações instituídas pelo Poder Público, sociedades de economia mista e empresas públicas; tecnicamente, deveriam ser incluídos os concessionários e permissionários de serviços públicos.¹¹

Quando ocorre a outorga do exercício de serviços públicos a particulares, não há modificação no regime jurídico que preside a sua prestação; não há transformação de serviço público em privado, o que existe é uma relação jurídica de colaboração entre o prestador de serviço e o Estado, permanecendo com o Poder Público a titularidade do serviço.

Com estas noções preliminares sobre serviço público pretende-se destacar não apenas as condições mas também a importância da atuação estatal na sociedade, assim como a necessidade de observação (por parte do Estado) da competência e da eficiência na prestação desses serviços. Desta forma, outras alternativas se impõem, tais como a delegação a particulares da prestação de serviços públicos pelo Estado, aos quais não se atribui a devida atenção, seja por falta de recursos, seja por ausência de

¹⁰ Maria Sylvia Zanella Di Pietro expõe que a Administração Direta desempenha funções administrativas, e é composta por todos os órgãos integrados na estrutura administrativa das pessoas jurídicas políticas (União, estados, municípios, Distrito Federal). In *Direito Administrativo*. São Paulo, 2000. p. 61.

¹¹ *Ibid.*, p. 61-348.

conhecimento, especialização ou interesse no atendimento de determinadas demandas sociais.

2.2 A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA ATUALIDADE

É fato notório que o Estado não atende a todas as necessidades dos cidadãos. Justifica-se a maneira ineficaz e irresponsável como a prestação de serviços públicos pelo Estado é oferecida alegando-se problemas de ordem financeira e operacional. Acrescente-se a esse aspecto negativo a questão da impossibilidade do atendimento aos princípios norteadores da prestação de serviços públicos, que deveriam ser atendidos sempre e em qualquer situação.

Duas realidades são verificadas quanto à prestação dos serviços públicos por parte do Estado. Uma primeira realidade é a situação de crise¹², especialmente crise financeira; e isso leva a uma constatação, segundo Maria Silvia Zanella Di Pietro: “a Constituição Federal atribuiu competências ao poder público que ele não tem condições de cumprir a contento; faltam verbas nas áreas de saúde, educação, previdência social, moradia, transporte, segurança; isso para falar apenas nas atividades essenciais”. A outra realidade “é a procura desesperada por soluções; é a busca de institutos novos, de medidas inovadoras, que permitam ao Estado lograr maior eficiência na prestação dos serviços que lhe são afetos”.¹³

A irresponsabilidade do Estado em relação ao custeio das despesas levou à exaustão o modelo do Estado Social, caracterizado pelo intervencionismo, pela absorção da responsabilidade plena pela sociedade, gerando orientação no sentido de

¹² A crise financeira é apenas um dos motivos para a ineficiência do Estado na prestação dos serviços públicos. Existem também problemas operacionais, pois o Estado não possui condições técnicas (equipamentos e material adequado) e pessoal qualificado para a prestação de determinados serviços.

¹³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública*. São Paulo, 2002. p. 39-40.

que as políticas públicas deveriam ser implementadas independentemente da existência de recursos financeiros por parte do Estado. O que se verifica é que as fontes de recursos públicos, principalmente a arrecadação tributária, são insuficientes para financiar as obrigações do Estado com a prestação de serviços públicos.

Outra questão que também pode ser levantada como responsável pela ineficiência do Estado na prestação de serviços públicos centra-se no não atendimento aos princípios que devem regular tal prestação.

Ruth Helena Pimentel de Oliveira¹⁴ coloca a questão dos princípios norteadores da prestação de serviços públicos na afirmação: “A doutrina aponta a existência de alguns princípios gerais, integrantes desse regime jurídico público, os quais devem ser observados na prestação dos serviços públicos, **uma vez que tais princípios objetivam garantir seu adequado funcionamento aos usuários**”¹⁵.

São princípios do serviço público, conforme doutrina de Edimur Ferreira de Faria, a continuidade, a qualidade, a eficiência, a modicidade e a igualdade. A continuidade é representada pela idéia de que “os serviços públicos devem ser prestados continuamente e, em alguns casos, ininterruptamente, (...)”. A qualidade e a eficiência estão presentes na idéia de que “os serviços devem ser de boa qualidade e eficiência, os bens envolvidos na prestação do serviço devem estar em condições de uso e as pessoas devem desempenhar com presteza e eficiência as suas funções”.

O princípio da modicidade encontra-se implícito na afirmação “os serviços, quando onerosos, devem ser oferecidos a preços módicos, isto é, preços compatíveis

¹⁴ OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. *Entidades Prestadoras de Serviços Públicos e Responsabilidade Extracontratual*. São Paulo, 2003. p. 47.

¹⁵ O grifo foi dado no sentido de ressaltar que o maior prejudicado, quando o Estado não atende aos princípios norteadores da prestação de serviços públicos, é o cidadão (usuário). Em razão disso, a não observância de tais princípios denuncia prestação incompetente e inadequada dos serviços públicos pelo Estado, trazendo, como consequência, o não atendimento às demandas da sociedade.

com as condições financeiras do destinatário serviço”, sendo que “o preço público ou tarifa deve ser estabelecido de modo a remunerar o capital investido, (...)”. Ainda, o princípio da igualdade é percebido quando se afirma que “os serviços devem ser prestados nas mesmas condições para todos, sem discriminação, (...)”.¹⁶

Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹⁷ defende a existência de alguns princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos: o da continuidade, o da mutabilidade do regime jurídico e o da igualdade dos usuários.

Os requisitos do serviço público ou de utilidade pública são, segundo Hely Lopes Meirelles, sintetizados em cinco princípios que a Administração Pública deve ter sempre presentes, para exigí-los do particular que preste tais serviços. São eles: o da *permanência* (impõe continuidade no serviço); o da *generalidade* (impõe serviço igual para todos); o da *eficiência* (exige atualização do serviço); o da *modicidade* (exige tarifas razoáveis) e o da *cortesia* (traduz-se no bom tratamento dispensado ao público). Afirma ainda que, na falta desses requisitos, é dever da Administração intervir para restabelecer seu regular funcionamento ou regular tal prestação de serviços.¹⁸

Ressalte-se, ainda, que é dever do Estado zelar pela boa prestação dos serviços públicos, observando sempre o atendimento aos princípios citados; exigindo tal observância de terceiros responsáveis por prestar serviços públicos em seu lugar; e buscando soluções para os problemas de ordem financeira e operacional que possam limitar ou impedir a sua atuação como provedor das demandas coletivas.

Novas demandas surgem na prestação do serviço público pelo Estado, decorrentes do fenômeno da globalização, tais como o aumento das importações e das exportações e a necessidade de imprimir velocidade a essas relações de troca

¹⁶ FARIA, op.cit., p. 331, 332.

¹⁷ DI PIETRO, *Direito...*, op.cit., p. 100-102.

¹⁸ MEIRELLES, op.cit., p. 324.

internacional. Uma prestação pública de serviços que não acompanhe a celeridade das mudanças oferece serviços de baixa qualidade e o Estado se vê inerte porque, para a agilização dessas trocas, impõe-se a necessidade de investimento em equipamentos, em máquinas e em pessoal qualificado, e essas medidas se inviabilizam diante das questões financeiras e operacionais que atingem o Estado.

Com o acultramento dos cidadãos – em vista não apenas da nova dinâmica mundial de troca de informações, mas também do contato com novos produtos, tecnologias e serviços – o Estado deve ficar atento e procurar atender às exigências dos usuários do serviço público (cidadãos), bem como atentar ao fato de que deve existir qualidade nos serviços prestados a esses destinatários. A atuação estatal deve primar pela qualidade de seus serviços ou exigir o cumprimento desse requisito de quem os preste.

2.3 BUSCA DE SOLUÇÕES PARA CONFERIR EFICIÊNCIA ESTATAL À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A TERCEIRIZAÇÃO SOB A FORMA DE CONCESSÃO OU DE PERMISSÃO

Estabelecer medidas que modifiquem o desempenho do Estado destaca-se como condição indispensável para um reordenamento da conduta estatal na prestação de serviços públicos; tal atuação se subordina à efetiva existência de recursos financeiros e à busca de alternativas de atuação estatal mediante participação mais efetiva da sociedade civil, pelo estabelecimento de parcerias ou pela transferência da execução dos serviços para particulares.

O panorama mundial em face da globalização e a conclusão pela incapacidade estatal de onipresença nas relações socioeconômicas para implementação de políticas destinadas à satisfação das necessidades públicas são fatores essenciais que contribuem para a busca de uma modificação do papel do Estado.

Quanto à globalização, este é um fenômeno que implica a necessidade de implementação de instrumentos de “sobrevivência” do Estado e da economia nacional

ante uma realidade marcada pela concorrência internacional na exportação de produtos, o que impõe a necessidade da atuação estatal em áreas pouco exploradas ou inexistentes. A prestação desses serviços estatais, em tal contexto, destina-se à proteção da produção nacional e à regulação do mercado diante das novas hipóteses de consumo de bens, de produtos ou de serviços.

Quando o Estado mostra incapacidade de atender às demandas sociais, principalmente as relacionadas com a prestação de serviços públicos, surge, em decorrência disso, a necessidade de implementação de alternativas para suprir as carências derivadas da ausência de tais demandas.

Avulta-se, então, como solução possível, no que tange à impossibilidade ou à ineficiência estatal para a prestação de serviços públicos, a terceirização. Para alguns autores, a terceirização nada mais é do que uma das formas de se privatizar¹⁹ os serviços antes encampados exclusivamente pelo Estado.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro esclarece que “A terceirização, bastante utilizada no âmbito da iniciativa privada, aparece hoje entre os institutos pelos quais a Administração Pública moderna busca parceria com o setor privado para a realização de suas atividades. Pode-se dizer que a terceirização constitui uma das formas de privatização (em sentido amplo) de que vem se socorrendo a Administração Pública”.²⁰

Terceirizando as chamadas atividades acessórias, a Administração Pública poderá concentrar esforços na prestação dos serviços propriamente ditos, naqueles de sua exclusiva competência, podendo então focalizar o aperfeiçoamento dos seus

¹⁹ DI PIETRO, *Parcerias...*, op.cit., p. 173. O termo *privatização* é utilizado em sentido amplo, abrangendo todas as formas pelas quais se busca uma diminuição do tamanho do Estado, podendo abranger a desregulação (diminuição da intervenção do Estado no domínio econômico), a desmonopolização de atividades econômicas, a privatização de serviços públicos, a concessão de serviços públicos (dada à empresa privada e não mais a empresa estatal) e as contratações de terceiros.

²⁰ DI PIETRO, *Parcerias...*, op.cit., p. 173.

servidores, para que possam prestar, com a eficiência almejada, os serviços de sua especialidade, bem como aplicar um maior investimento na estrutura e na melhoria dos bens envolvidos diretamente com a prestação do serviço público.

Para Marçal Justen Filho²¹, o vocábulo “terceirização” tem sido utilizado com grande frequência no âmbito das atividades econômicas privadas, indicando a tendência à redução da extensão da organização empresarial. O renomado professor afirma que “a grande vantagem da terceirização reside na perspectiva de redução de custos em proporção superior aos resultados obteníveis por meio da estrutura anterior; ou seja, o preço pago aos terceiros é inferior ao custo (direto e indireto) que o empresário teria de enfrentar para produzir ele próprio os mesmos bens ou serviços”.

No âmbito da Administração Pública, a terceirização apresenta grande relevância, especialmente em vista da redução de encargos diretos e indiretos de pessoal. Mediante terceirização, servidores públicos são desobrigados da realização desses serviços estatais, e empregados de empresas privadas assumem tais encargos.²²

Trata-se, portanto, de uma forma de gestão a que o Estado recorre para tornar sua administração mais ágil e menos burocrática, com uma estrutura organizacional concentrada em sua área privativa de prestação de serviços públicos característicos da Administração Pública Direta.

Como alternativas de terceirização, para redução da prestação de serviços públicos pelo Estado, destacam-se a privatização e a delegação (concessão e permissão). Este segundo tipo, ou seja, a delegação de serviço público, é o assunto que se intenciona abordar, uma vez que a compreensão dessa modalidade de terceirização

²¹ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 132. A terceirização, segundo o referido autor, indica a transferência para terceiros, promovida pelo agente econômico, do desempenho de certas atividades específicas, necessárias à prestação do serviço ou produção e circulação de mercadoria. Do ponto de vista econômico, a terceirização peculiariza-se pela especialização da atividade empresarial.

²² Ibid., p. 133.

é fundamental para a abordagem do tema central deste trabalho que focaliza a concessão e a permissão para funcionamento dos portos secos.

Marçal Justen Filho observa que o conceito de concessão relaciona-se com o de privatização²³, porém não se confunde com este. Segundo o mestre, a concessão importa transferência para órbita alheia não apenas da prestação dos serviços, mas dos riscos inerentes à atividade – configurando-se mediante a assunção da condição de delegatário por parte de um particular. Assevera ainda que “não há concessão quando os riscos da atividade pública permanecem na órbita estatal”. Diante do exposto, verifica-se que a privatização não é a submissão do serviço ao regime do direito privado e que quando não há transferência do risco para a iniciativa privada não se configura a concessão.²⁴

Celso Antônio Bandeira de Mello afirma que, além desses serviços públicos privativos do Estado – prestados por ele diretamente ou mediante autorização, concessão ou de permissão – há os serviços públicos não privativos, correspondentes àqueles que o Estado pode desempenhar, imprimindo-lhes regime de Direito Público, sem, entretanto, proscrever a livre iniciativa do ramo de atividades em que se inserem, como, por exemplo, os serviços de educação e saúde, livres aos particulares para desempenhá-los, independentemente de concessão, sujeitando-se apenas à fiscalização do Poder Público.²⁵ Esses serviços, quando prestados pelo Estado, são públicos, mas, quando prestados por particulares, não o são.

²³ Cabe ressaltar que se privatiza uma entidade com a transferência do controle acionário para a iniciativa privada. O serviço público, no entanto, jamais sofre privatização.

O serviço público pode sofrer delegação, porque a prestação continua sob responsabilidade estatal, apenas sua execução é transferida a terceiros.

²⁴ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 129.

²⁵ MELLO, op.cit., p. 608.

Quanto à terceirização de serviços públicos, Maria Sylvia Zanella Di Pietro²⁶, que distingue a terceirização sob a forma de locação de serviços da terceirização sob a forma de concessão ou permissão de serviços públicos, afirma:

O que não é possível é a terceirização (como contrato de prestação ou locação de serviço) que tenha por objeto determinado serviço público como um todo. Isto porque não se confunde a locação de serviços, disciplinada pela Lei nº 8666, com a concessão ou permissão de serviços públicos. E a Constituição, no art. 175, estabelece que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

Ressalte-se que, embora haja similitude entre serviços públicos terceirizados e concedidos, as figuras não se confundem. Em ambas as hipóteses, um particular é incumbido de desempenhar certas prestações inerentes ao Estado. A diferença fundamental reside em que, na concessão, o terceiro recebe delegação para desempenhar o serviço por risco e conta próprios, mantido o regime jurídico original; a terceirização, por sua vez, alude-se à relação jurídica em que o terceirizado não se apresenta diante dos usuários como titular de posição jurídica própria.²⁷

Dessa forma, e sob um certo ângulo, a terceirização vincula-se em maior grau à responsabilidade do Estado que a concessão, uma vez que naquela o terceirizado não desempenha prestação em nome próprio perante os usuários do serviço; a execução da atividade é realizada em favor do Estado, que mantém a condição de prestador do serviço ao usuário. Sendo assim, a terceirização seria adequada em hipóteses diversas daquelas que se prestariam para a concessão.

Sob aspecto jurídico, “a concessão se relaciona com certas atividades que comportam delegação pelo Estado a particulares, para desempenho em nome próprio.

²⁶ DI PIETRO, *Parcerias...*, op.cit., p. 181.

²⁷ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 135.

Já a terceirização se relaciona com atividades cujo desempenho incumbe ao Estado, que poderia atribuir a terceiros apenas o encargo de complementá-las”.²⁸

A concessão de serviços públicos destaca-se como meio legítimo e adequado para a prestação de serviços públicos, porém, “Nem todo serviço público pode ser objeto de concessão de serviço público; esse contrato somente é compatível com os serviços que permitam exploração comercial que garanta a remuneração do concessionário ou permissionário, o que não ocorre com os chamados serviços públicos sociais, que a própria Constituição ou a lei definem como gratuitos. É o caso da saúde, educação e assistência social”.²⁹

Diante de tudo o que já foi exposto, verifica-se que as condições em que os serviços públicos são prestados na atualidade estimulam a adoção de antigos institutos jurídicos de atuação compartilhada entre o Estado e a iniciativa privada, dos quais são exemplo a concessão e a permissão de serviços públicos. Estes institutos oferecem como benefício a desoneração estatal da execução e do custeio do serviço público, sem trazer como consequência a perda de sua titularidade.

As questões e as situações mencionadas contribuem para que se possa demonstrar a importância do tema proposto neste trabalho. A delegação de serviços aduaneiros a particulares, mediante concessão e permissão de portos secos, pode agilizar as exportações e as importações em vista do processo de globalização.

Atuando desta forma, o Estado poderá concentrar esforços na prestação de serviços de sua exclusiva competência, resolvendo problemas decorrentes da sua ineficiência na prestação dos serviços públicos essenciais e outorgar a empresas privadas a oportunidade de garantir a participação brasileira na economia internacional.

²⁸ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 135.

²⁹ DI PIETRO, *Direito...*, op.cit., p. 184.

2.4 A DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS A PARTICULARES

No contexto da concessão de serviço público, verifica-se uma relação entre a Administração e o particular, porque aquela atribui a este os encargos que lhe são próprios. Sendo assim, a Administração não pode desvincular-se da prestação do serviço público, quando concedido. Mesmo concedido, o serviço permanece público. O Estado continua sendo o responsável pela prestação do serviço perante a coletividade.³⁰

Marçal Justen Filho³¹ refere-se a essa relação entre Estado e iniciativa privada, afirmando que:

Não seria exagero afirmar que a concessão de serviço público é uma tentativa de composição entre alternativas radicalmente diversas. Trata-se de uma espécie de meio termo entre concepções opostas e contraditórias. O instituto da concessão de serviço público é via para organizar interesses potencialmente antagônicos, buscando assegurar a realização conjunta e concomitante de finalidades e interesses tendencialmente excludentes.

A concessão do serviço público atua como um instituto mediador que procura solucionar a contraposição entre o interesse público perseguido pelo Estado e o interesse privado, este representado pela iniciativa privada que atua sob a concepção da lucratividade, mediante exploração empresarial das atividades de serviço público.³²

Pondera Marçal Justen Filho que “a concessão de serviço público não pode ser considerada como uma relação jurídica envolvendo apenas esses dois pólos de interesse”. Afirma ainda que “não se pode reduzir a concessão a uma relação jurídica entre Estado e concessionário. Ademais disso, deve reconhecer-se a titularidade de

³⁰ MEDAUAR, Odete et al. *Concessão de Serviço Público*. São Paulo, 1995. p. 13.

³¹ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 11.

³² Idem.

interesses jurídicos da Sociedade, de modo que a concessão é uma relação jurídica trilateral”.³³

Ainda quanto aos efeitos trilaterais da concessão, Maria Sylvia Zanella Di Pietro analisa que “uma das características do contrato de concessão de serviço público é a de produzir efeitos trilaterais: embora celebrado apenas entre poder concedente e concessionário, os seus efeitos alcançam terceiros estranhos à celebração do ajuste e que são os usuários do serviço concedido”.³⁴

O usuário não pode ser afastado da relação jurídica decorrente da concessão ou permissão de serviços públicos, já que os efeitos o atingem – ele é o destinatário da prestação do serviço pelo Estado.

É indispensável considerar que Estado e Sociedade não se identificam, o que significa a existência de uma pluralidade de partes e interesses envolvidos na relação de concessão.³⁵ Evidencia-se uma situação conflituosa, subjacente à própria sociedade, porque, se por um lado todos comungam um interesse geral, inquestionável, para obtenção de um serviço público da melhor qualidade³⁶, estabelecem-se, por outro lado, interesses divergentes quando se trata do custeio das despesas correspondentes à prestação do serviço, já que os cidadãos que não utilizam tais serviços não se importam quanto ao aumento dos valores tarifários, enquanto os cidadãos que utilizam os serviços protestam contra tais aumentos.

Neste ponto, o que se faz evidente é que a outorga de concessão de um serviço significa que a prestação do serviço público deixa de ser custeada pela sociedade em seu conjunto e passa a ser custeada por parte dos usuários, conforme sua fruição. “O efeito imediato é uma alteração na distribuição da riqueza na sociedade, (...)”.³⁷

³³ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 15.

³⁴ DI PIETRO, *Parcerias...*, op.cit., p. 93.

³⁵ JUSTEN FILHO, *ibid.*, p. 12.

³⁶ *Ibid.*, p. 13.

³⁷ *Ibid.*, p. 14.

A concessão do serviço público está centrada no relacionamento entre Estado e iniciativa privada e tem por objetivo o desenvolvimento de atividades essenciais ao interesse coletivo. Na concessão de serviços, o poder público delega a execução desses mesmos serviços a entidades públicas ou privadas, que os executam por sua conta e risco, com remuneração paga, em regra, pelo usuário, na forma regulamentar.

A busca da satisfação e o atendimento às necessidades do cidadão usuário do serviço público induzem o poder público a conferir a um terceiro, por meio das figuras da concessão e da permissão, a realização do serviço público, sem que com isso o poder concedente ou permitente transfira propriedade alguma ao concessionário ou permissionário.

2.5 POSICIONAMENTO HISTÓRICO DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E O DIREITO COMPARADO

Em um primeiro momento, pode parecer estranho abordar o histórico da concessão de serviços públicos e o direito comparado quando a intenção é o estudo específico da concessão e da permissão de portos secos. Analisando melhor a idéia, porém, verifica-se que, ao conhecer o contexto no qual a concessão de serviços públicos passou a ser utilizada no Brasil, entendem-se melhor os motivos pelos quais se sedimentaram os institutos da concessão e da permissão da prestação de serviços aduaneiros (que seriam de responsabilidade estatal) para particulares e não um outro instituto, como, por exemplo, o da autorização de serviços.

No direito contemporâneo, torna-se difícil entender a função exercida pela concessão sem que se examinem as várias posições do direito estrangeiro a respeito do tema. A evolução dinâmica do instituto da concessão nos diversos países, em fases distintas de sua evolução econômica e política, esclarece as atuais tendências do direito contemporâneo com repercussão na legislação nacional.

Odete Medauar³⁸ posiciona em um contexto histórico a concessão de serviços públicos, afirmando que essa figura remonta à Idade Média – eram as concessões senhoriais e reais. As concessões senhoriais ocorriam para transferência da administração de feudos ou para exploração de atividades em domínios pertencentes ao senhor feudal. A exploração de minas pelos senhores feudais ocorria diretamente ou por meio de concessões.

Utilizavam-se formas contratuais³⁹ com a finalidade de garantir tanto o empenho dos que executavam os serviços quanto às diretrizes para a remuneração. Em troca da prestação das atividades, os senhores feudais dispunham terras ou renda como parte do pagamento da concessão. Era o senhor feudal quem fazia a fiscalização, rescindindo a concessão em alguns casos. O concessionário exercia os poderes do senhor sobre seus subordinados. Deveriam ser respeitados os direitos de terceiros, e as condições da concessão tinham por base um *censier*, documento que fixava as obrigações do concessionário.⁴⁰

No século XVII, os atos de benevolência do soberano que implicassem transferência de prerrogativas e derrogação de normas tinham por denominação o termo concessão. A utilização desse termo, sob designação de atribuição de encargos próprios da Administração a particular, teria uma outra explicação: a de que, na época em que havia a venda de cargos públicos, transferiam-se ao comprador todos os privilégios e prerrogativas do órgão, sendo, para tanto, necessária uma concessão.⁴¹

A concessão é conhecida pelo direito francês desde o século XVI. A doutrina francesa considerou-a sempre um contrato de direito público. O instituto evoluiu na

³⁸ MEDAUAR, op.cit., p. 12.

³⁹ Idem. Segundo Odete Medauar, a concessão já tinha o caráter contratual, baseado no *censier* que era um documento no qual já estavam fixadas obrigações ao concessionário.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

França em razão da existência da chamada “dupla natureza da concessão”, uma, contratual, nas relações entre concedente e concessionário, e a outra, regulamentar, referente aos direitos e aos deveres da empresa concessionária em relação aos usuários.⁴²

No século XVII, as garantias oferecidas aos concessionários eram poucas, porém no século XVIII ocorreu a ampliação dessas garantias, prevendo direitos de indenização em caso de culpa da Administração, aumento de obra, rescisão unilateral sem culpa do concessionário, ocorrência de situações imprevistas. Nos municípios, muitos serviços públicos tornaram-se objeto de concessão, justificando-se tal exploração pelos concessionários como uma forma de se obter mais economia.

Na Europa do século XIX, a concessão já trazia a característica da longa duração, para propiciar o retorno do investimento aplicado. Foi criada para serviços que exigissem grandes investimentos financeiros e pessoal técnico especializado; ou seja, encargos que o poder público não tinha condições financeiras para assumir. Essa forma de terceirização recaiu principalmente na construção de estradas de ferro, fornecimento de água, gás, eletricidade e transportes urbanos.⁴³

Na Inglaterra, as grandes obras de infra-estrutura do século passado, realizadas por empresas privadas, não decorreram de concessões propriamente ditas, mas de simples autorizações – como no caso dos EUA. Eram licenças de construção, concedidas mediante projetos de interesse local, reguladas por uma legislação de caráter administrativo, que consistiam nos chamados *private bills*.⁴⁴

O instituto da concessão de serviços públicos perdeu parte de sua importância no século XX em virtude das nacionalizações das concessionárias. No entanto, em alguns setores, a utilização se ampliou, como no caso da delegação de

⁴² WALD, Arnold et al. *O Direito de Parceria e a nova Lei de Concessões*. São Paulo, 1996. p. 57.

⁴³ MEDAUAR, Idem.

⁴⁴ WALD, op.cit., p. 63-64.

serviços de abastecimento e de saneamento, de auto-estradas, de pontes e de túneis (destacando-se o Eurotúnel).

Durante as décadas de 30 e 40 registrou-se um declínio das concessões em âmbito mundial, quer pela generalizada instabilidade econômica pós-guerra, quer pelas tendências estatizantes. Atividades concedidas foram nacionalizadas e criaram-se empresas estatais que absorveram parte das concessões do setor privado. Surgiram, assim, as concessões outorgadas a entes da administração indireta ou descentralizada, empresas públicas e sociedades de economia mista.⁴⁵

O ressurgimento do interesse pela concessão no mundo ocorreu a partir da década de 80, com a justificativa de atuar como uma forma de execução de serviços sem ônus financeiro para a Administração. Esse ressurgimento resultou da necessidade de delegar a execução de serviços públicos a particulares, por meio tanto dos contratos de concessão de serviços públicos quanto da instituição de pessoas jurídicas de direito privado criadas para esse fim, uma vez que o Estado não dispunha de organização adequada para a realização de tais atividades.

A área de água e saneamento foi privatizada na Inglaterra a partir de 1989, segundo o modelo de desenvolvimento pensado por Margaret Thatcher. Essas privatizações de serviços públicos ocorreram com grande sucesso, transformando antigas repartições públicas em sociedades de economia mista, que, em seguida, passaram ao controle da iniciativa privada. De acordo com o modelo inglês, o concessionário é o proprietário das instalações e dispõe da flexibilidade de gestão que caracteriza o empresário.⁴⁶

A concessão nos Estados Unidos é concebida mais como uma autorização para ingressar em certo tipo de atividade de interesse público que como delegação do

⁴⁵ MEDAUAR, op.cit., p. 13.

⁴⁶ WALD, op.cit., p. 64.

poder público, como nos casos dos sistemas francês e brasileiro.⁴⁷

A utilização da concessão no Brasil remonta-se a longa data. Sua aplicação, ao longo do século XIX, contemplou a captação de recursos da iniciativa privada, especialmente na implementação de ferrovias. Nas primeiras décadas do século XX, a concessão foi aplicada para outros setores, especialmente no tocante à energia elétrica. Após a metade do século XX, porém, o instituto perdeu prestígio.⁴⁸

Na Constituição de 1934, a característica marcante da disposição constitucional elegeu a exigência de que empresa concessionária fosse administrada por brasileiros. Na Constituição de 1937, a redação mudou, preceituando o art. 146 que as empresas concessionárias deveriam constituir com maioria de brasileiros a sua administração ou delegar a brasileiro todos os poderes de gerência. A inovação destacou a disposição sobre o sistema tarifário a ser implantado mediante edição de lei federal.

A Carta Constitucional de 1946 remeteu à lei a disposição a respeito do regime das concessões de serviços públicos. Surge na Constituição de 1967, pela primeira vez no ordenamento constitucional, referência ao equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual de concessão de serviço público. Esse equilíbrio econômico-financeiro surgiu como um mecanismo de defesa da relação contratual na concessão de serviço público, diante da dinâmica das relações sociais, especialmente as de ordem política e econômica.

No Brasil, o ressurgimento do interesse pela concessão ocorreu na década de 80. Marçal Justen Filho⁴⁹ lembra que “em face da carência de recursos públicos para a exploração de serviços públicos lucrativos, tornou à tona o instituto da concessão.

⁴⁷ WALD, op.cit., p. 61.

⁴⁸ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 52.

⁴⁹ Idem.

Redescobriu-se sua utilidade, e sua difusão tornou-se bandeira de inúmeros movimentos políticos. Mas a evolução jurídica produziu um novo perfil para o instituto”.

Com a Constituição Brasileira de 1988, houve a regulação, constante no parágrafo único do art. 175, e a previsão dos serviços públicos concedidos. Em 1998 houve a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, que instituiu alterações na relação administrativa orientada para a atuação estatal na prestação de serviços públicos. Com a referida Emenda, houve a pretensão de instituir um novo modelo de administração que tivesse como proposta a demanda pelo maior controle dos gastos e pelo aprimoramento da prestação dos serviços públicos.

Criadas⁵⁰ ainda na década de 80, as estações aduaneiras de interior somente se firmaram no setor produtivo de algumas empresas e de alguns produtos no decorrer da década de 90, quando o governo brasileiro licitou um grande número de unidades, interiorizando a movimentação de carga do país.

Em 13 de fevereiro de 1995, o Brasil passou a ter uma lei específica de Concessão de Serviços Públicos. Trata-se da Lei nº 8.987/95, denominada “Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos”. A sanção dessa Lei ocorreu com o propósito de regulamentar o regime de concessão e de permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.

Por fim, em 07 de julho de 1995, foi editada a Lei nº 9.074/95 que, em conjunto com a Lei nº 8.987/95, elenca as atividades econômicas sujeitas ao regime de **concessão e de permissão** de prestação de serviços públicos. Destacam-se na referida Lei: a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica; vias federais; explorações de obras ou serviços de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações; **estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público**,

⁵⁰ A criação das Estações Aduaneiras de Interior ocorreu em um momento de internacionalização acentuada das produções nacionais, revelando sua função de viabilizar o território na direção de inseri-lo na economia globalizada.

não instalados em área de porto e de aeroporto⁵¹.

No segundo semestre de 1996, após a edição dessas duas últimas leis, finalmente começou a Receita Federal a autorizar o alfandegamento em terminais particulares, permitindo-os processar cargas de terceiros, criando a opção privada aos portos públicos.⁵²

Durante a década de 90 ocorreu um processo, no território nacional, de “interiorização das aduanas”⁵³. Esse processo consiste na política de criação de uma variedade de recintos alfandegados, no intuito de descongestionar a zona primária (portos, aeroportos e postos de fronteiras) em procedimentos de despacho aduaneiro, dentre os quais se destacam as estações aduaneiras de interior (portos secos).

Em 2003, com o Decreto-lei nº 4.765, alterou-se a denominação Estações Aduaneiras de Interior, que passaram a ser denominadas Portos Secos.

Cumpre, por fim, acrescentar que esse processo de “interiorização” aduaneira se desenvolve ainda hoje, sendo mais uma das revelações do território diante da nova lógica global de produção. Essa iniciativa indica o empenho dos atores hegemônicos (Estado e grandes empresas) na produção de um novo espaço aduaneiro, de modo a viabilizar a atuação dos agentes que caracterizam o processo de “mundialização” produtiva. Os portos secos inserem-se no conjunto de investimentos públicos e privados (relação de parceria) realizados para o desenvolvimento de ‘fluidez’ e ‘porosidade’ territoriais, fundamentais para a adaptação dos países à nova

⁵¹ Os grifos possuem a intenção de destacar o tema central deste trabalho e o marco histórico para o início da utilização da concessão e permissão dos Portos Secos no Brasil.

⁵² OLIVEIRA, Carlos Tavares de. *Exportação: A Solução Global*. São Paulo, 1997. p. 130.

⁵³ PENHA, Lucas Ferreira Rosa. *Interiorização das Aduanas e Competitividade Territorial no Brasil: Tipologia e Topologia das Estações Aduaneiras de Interior*. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/vicgb.2004/eixo5/c5%20212.html>> Acesso em: 25 ago. 2004.

ordem global.⁵⁴

2.6 REGULAMENTAÇÃO E REFERÊNCIA CONSTITUCIONAL À CONCESSÃO E À PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

É impossível ignorar a dimensão constitucional em que se insere o instituto da concessão. São inúmeras e explícitas as referências que a Constituição de 1988 faz à concessão de serviço público. Deve-se compreender o instituto da concessão com base em uma sistemática constitucional.

A outorga de concessão se configura como uma opção quanto ao desempenho dos serviços públicos. Sendo assim, torna-se evidente a necessidade de se conjugar o regime efetivo dessa outorga com os princípios jurídicos fundamentais; ou seja, a definição do instituto delegado tem de ser compatibilizada com os valores fundamentais consagrados na CF/88. A concessão não pode atuar como via obstaculizadora da implementação dos valores constitucionais.⁵⁵

As decorrências da aplicação dos princípios constitucionais devem ser somadas às características e circunstâncias de cunho socioeconômico e técnico-científico, daí surgindo configurações inovadoras a propósito da concessão.⁵⁶

A Constituição Federal dispõe sobre a outorga da concessão e da permissão de serviços públicos no art. 175. Refere-se ainda, em seu parágrafo único, à necessidade de edição de lei para complementar a matéria.

Conforme o art. 175, da Constituição Federal, os serviços públicos podem ser prestados diretamente pelo Poder Público, ou indiretamente, mediante concessão ou permissão a particulares, por meio de licitação, e na forma da lei. Ainda no art. 175 da CF/88 existe a menção ao instituto da permissão, que é outra modalidade de delegação de serviço público a particular. A permissão é tratada no parágrafo único do

⁵⁴ PENHA, *idem*.

⁵⁵ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 72.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 73.

art. 175 como contrato, sucedendo o mesmo com a legislação que disciplinou a matéria.⁵⁷

Ruth Helena Pimentel de Oliveira⁵⁸ lembra da importância da Lei Federal nº 8.987/95, bem como da lei nº 9.074/95, que disciplinam o regime e a outorga de concessão, permissão e autorização de serviços públicos: “A regulamentação legal da delegação de prestação de serviços públicos ao particular, exigida pelo comando constitucional, foi atendida com a edição da Lei Federal nº 8.987, de 13-2-1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, e da Lei Federal nº 9.074, de 7-7-1995, que estabelece normas para a outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos”.

As concessões devem ser tratadas segundo sua especificidade, evitando-se, assim, o tratamento segundo um único figurino. Não se pode adotar uma interpretação literal, prendendo-se fielmente ao significado das expressões utilizadas pelo legislador e ignorando o sistema constitucional vigente.

Analisando-se a Lei nº 8.987/95, reputa-se que esta teria fornecido solução suficientemente clara e precisa a respeito do instituto da concessão, por isso é importante a observação de alguns artigos essenciais para o entendimento da delegação de serviços públicos conforme a referida lei.

Nos termos do art. 2º da referida Lei, poder concedente é a União, os Estados-membros, o Distrito Federal ou os municípios, sob cuja competência encontre-se o serviço público precedido ou não de execução de obra pública, objeto de concessão ou de permissão.

O art. 2º da Lei nº 8.987/95 deve ter parte da sua formulação verbal desconsiderada, porque apresenta somente a função prescritiva e não a descritiva-normativa. Há um defeito lógico na passagem “mediante licitação, na modalidade de concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade

⁵⁷ OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. Entidades Prestadoras de Serviços Públicos e Responsabilidade Extracontratual. São Paulo, 2003. p. 190 - 191.

⁵⁸ Idem.

para ao seu desempenho”.⁵⁹ Esse defeito consiste no fato de a outorga mediante licitação poder ser essencial ao regime da concessão, não se apresentando, porém, como elemento constitutivo da identidade da concessão.

Marçal Justen Filho⁶⁰, quanto aos excessos dispensáveis do art. 2º, explica:

A definição de um instituto jurídico consiste na sua individualização, o que se faz essencialmente por meio da identificação do suporte fático juridicizado e do regime jurídico derivado. Trata-se da descrição das características normativas apresentadas por uma certa figura, o que permite sua diferenciação de outros fenômenos. Eventualmente, a definição envolve também a determinação do regime jurídico que caracteriza o instituto. Mas não é possível definir e constituir o regime jurídico aplicável, de modo simultâneo.

Pelo art. 7º da Lei 8.987/95 há o reconhecimento da extensão do regime do Código de Defesa do Consumidor à prestação dos serviços públicos.

O Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11-9-1990, dispõe sobre as normas de proteção do consumidor, estabelece normas de ordem pública e interesse social, na medida em que pretende equilibrar as relações entre fornecedores de produtos e serviços e os consumidores. Regulamenta ainda as atividades das prestadoras de serviços públicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Para o professor Marçal Justen Filho, há regras e princípios do Código de Defesa do Consumidor que não são aplicáveis na relação existente entre o usuário e o prestador de serviço. A aplicação deve limitar-se às normas cabíveis em razão das peculiaridades do regime de direito público e do direito do consumidor.⁶¹

Uma vez que a questão central a que se propõe o presente trabalho é a concessão e a permissão de funcionamento de portos secos; convém amparar em referências legais a abordagem ao assunto.

⁵⁹ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 54.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Concessões de serviços públicos*. São Paulo: Dialética, 1997. p. 132.

As normas legais que dispõem sobre o funcionamento de portos secos identificam-se com as normas aplicadas para concessão e permissão de serviços públicos: Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e nº 9.074, de 07 de julho de 1995. A regulamentação específica está contida nos Decretos nº 1.910, de 21 de maio de 1996; nº 2.168, de 28 de fevereiro de 1997; nº 2.763, de 31 de agosto de 1998; e nº 4543, de 26 de dezembro de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 4.765, de 24 de junho de 2003; e pelas Instruções Normativas SRF nº 55, de 23 de maio de 2000; nº 109, de 08 de dezembro de 2000; nº 70, de 24 de agosto de 2001; nº 212, de 07 de outubro de 2002; e nº 241, de 06 de novembro de 2002.⁶²

⁶² PORTOS SECOS. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Eadi.html>> Acesso em: 28 abr. 2004.

3 CONCESSÃO E PERMISSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

3.1 NOÇÕES E CONCEITO DE CONCESSÃO E DE PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Concessão de serviço público diz respeito ao contrato administrativo no qual a Administração Pública delega a um particular a execução de um serviço público em seu nome, por sua conta e risco, assegurando-se a remuneração dos serviços concedidos com o recebimento de tarifa cobrada do usuário. Muitos doutrinadores⁶³ entendem que a concessão de serviços públicos no Brasil tem natureza jurídica contratual.

Segundo a doutrina defendida por Hely Lopes Meirelles⁶⁴, “contrato de concessão de serviço público, ou, simplesmente, concessão de serviço público, é o que tem por objeto a transferência da execução de um serviço ao particular, que se remunerará dos gastos com o empreendimento, aí incluídos os ganhos normais do negócio, através de uma tarifa cobrada aos usuários”.

Explica o administrativista que “pela concessão o poder concedente não transfere propriedade alguma ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito ou prerrogativa pública. Delega apenas a execução do serviço, nos limites e condições legais ou contratuais, sempre sujeita a regulamentação e fiscalização do concedente”.⁶⁵

A concessão evidencia uma forma indireta de prestação de um serviço público, excluindo-se do instituto certas atividades inerentes ao Estado, atividades típicas, situadas no limite das suas atribuições originárias.

A análise do instituto da permissão de serviços públicos tem estreita relação com este trabalho ao atuar como uma das formas de delegação de serviços públicos a

⁶³ Entre eles Marçal Justen Filho e Hely Lopes Meirelles.

⁶⁴ MEIRELLES, op.cit., p. 255.

⁶⁵ Ibid., p. 367.

particulares, sendo, portanto, importante para o estudo dos Portos Secos. A análise da concessão e da permissão deve ser paralela, já que a compreensão de um desses institutos facilita a compreensão do outro.

Estabelecer distinção entre concessão e permissão de serviço público apresenta-se como tarefa difícil, porque ambas implicam prestação de serviços públicos por particulares, remunerados pela tarifa que os usuários pagam. Tanto a concessão quanto a permissão de serviço público admitem elevados níveis de exigência e complexidade, por esse motivo não se recorre a tais critérios de diferenciação em se tratando dessas figuras. O critério de maior ou de menor relevância social também não as diferencia.

Marçal Justen Filho diferencia os dois institutos afirmando: “A concessão é o instituto adequado às situações em que a transferência do serviço para a iniciativa privada importar atuação de médio e longo prazo, exigindo inclusive (mas não necessariamente) investimentos em bens reversíveis ao patrimônio público”. (...) “A permissão será utilizável para delegações em que a remuneração obtida em curto prazo é suficiente para compensar o particular. Não haverá investimentos de maior monta nem haverá bens que reverterão para o patrimônio público. O contrato destina-se a prazos curtos de vigência”.⁶⁶

Uma diferença significativa entre concessão e permissão destaca que a primeira figura se exterioriza por contrato, enquanto a outra, por ato administrativo, discricionário, precário, revogável em princípio a qualquer tempo.

A Lei de Concessões trata detalhadamente das concessões e estipula a aplicação das mesmas regras às permissões. No art. 40 da Lei 8987/95 há a especificação de que as permissões de serviço público devem ser formalizadas mediante contrato de adesão.

Walter Douglas Stuber⁶⁷, diferenciando os institutos da concessão e da

⁶⁶ JUSTEN FILHO, op.cit., p.114.

⁶⁷ STUBER, Walter Douglas. *O Financiamento de Projetos no Brasil e a Lei de Concessões*. 1996.

permissão, compara:

A concessão é um ato bilateral. Apesar da discricionariedade dos atos da Administração, de seu poder de, flexivelmente, estabelecer alterações ou encerrar o contrato de concessão, a qualquer tempo, por razões de interesse público, tais alterações ou encerramento acarretam o dever de pagamento de indenização, por rompimento contratual, do Poder Público ao concessionário.

A permissão é ato unilateral de outorga do exercício de serviço público a particular, a título precário. Ou seja, tal outorga não constitui o particular em direitos contra o Estado, não havendo vínculo de direito adquirido. Há, portanto, a possibilidade de revogação unilateral, e a qualquer tempo, por parte do Poder Público o dever de indenizar o particular, a menos que o contrário tenha sido expressamente previsto no contrato de adesão.

Mesmo quando concedido, o serviço continua sendo público, desta forma, o poder concedente (União, estado ou município) nunca se despoja do direito de explorá-lo direta ou indiretamente. A exploração pode ser realizada por seus órgãos, autarquias e empresas estatais, desde que o interesse coletivo assim o exija.

Segundo Hely Lopes Meirelles⁶⁸, “a regulamentação e controle do serviço público e de utilidade pública caberão sempre e sempre ao Poder Público, qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários”. Explica ainda:

O fato de tais serviços serem delegados a terceiros, estranhos à Administração Pública não retira do Estado seu poder indeclinável de regulamentá-los e controlá-los, exigindo sempre sua atualização e eficiência, de par com o exato cumprimento das condições impostas para a sua prestação ao público. Qualquer deficiência do serviço que revele inaptidão de quem o presta ou descumprimento de obrigações impostas pela Administração ensejará a intervenção do Poder Público delegante para regularizar seu funcionamento ou retirar-lhe a prestação.

⁶⁸ STUBER, Walter Douglas. *O Financiamento de Projetos no Brasil e a Lei de Concessões*. 1996.

Na permissão, a Administração estabelece os requisitos para a prestação dos serviços ao público e, por ato unilateral, transfere a execução aos particulares que demonstrarem capacidade para seu desempenho. O serviço público permitido é executado em nome do permissionário, também por sua conta e risco, mas sempre nas condições e com os requisitos preestabelecidos pela Administração permissionária, que controla a execução, podendo intervir quando tais serviços forem prestados inadequadamente aos usuários.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA CONCESSÃO E DA PERMISSÃO

Muitas características dos contratos de concessão e de permissão de serviços públicos são aplicadas à concessão e permissão dos portos secos, por isso a importância desta seção para a posterior compreensão das características contratuais específicas deste segundo tipo de delegação a particulares.

A ausência de exclusividade na outorga da concessão ou permissão é a regra extraída do art. 16 da Lei 8.987/95. Esta regra tem por interesse evitar que a ausência de competição desestime a eficiência na prestação dos serviços públicos pelo concessionário ou permissionário. Tem-se como meta a obtenção do melhor resultado possível para o interesse público concreto, que consiste na realização do princípio da dignidade da pessoa humana.

A licitação impõe-se como característica importante nas concessões de serviço público. Tal modalidade contempla a concorrência pública, prevista na Lei nº 8666/93 (Lei das Licitações). A Lei de Concessões preceitua que toda concessão de serviço público – precedida ou não da execução de obra pública – será objeto de licitação prévia.

Hely Lopes Meirelles, seguindo a Lei 8987/95, art. 16, explica: “A concessão, em regra, deve ser conferida sem exclusividade, para que seja possível sempre a competição entre os interessados, favorecendo, assim, os usuários com serviços melhores e tarifas mais baratas. Apenas quando houver inviabilidade técnica

ou econômica de concorrência na prestação do serviço, devidamente justificada, admite-se a concessão com exclusividade”.⁶⁹

Fernanda Stracke Moor⁷⁰, quanto à utilização da concorrência nos serviços públicos, esclarece:

A característica da ausência de exclusividade deve ser entendida na sistemática própria da prestação indireta do serviço público, abrindo espaço para a concorrência entre os prestadores ou potenciais prestadores de serviços públicos, considerando sempre que a sua execução será exercida por aqueles terceiros que atenderem às condições necessárias para o bom desempenho do serviço. A competitividade se manifesta na fase contratual, como elemento que enseja a melhoria da qualidade do serviço, sendo comum nos casos em que a concessão não é outorgada exclusivamente a um concessionário, e na fase licitatória, assegura a igualdade de oportunidade para todos os interessados e favorece a modicidade de tarifas.

A concessão de serviço público formaliza-se mediante contrato administrativo, que deverá fixar o objeto, a área e o prazo de concessão, o preço do serviço, os critérios e procedimentos para reajuste e revisão das tarifas, os direitos e deveres dos usuários para desfrute das prestações, a minuciosa enumeração dos encargos do concessionário, os direitos e deveres relativos a alterações e expansões futuras, as penalidades contratuais e administrativas, além de outras condições.⁷¹

Walter Douglas Stuber⁷², ao tratar dos aspectos do contrato de concessão, aponta:

O contrato de concessão é um contrato administrativo, regido pela Lei de Concessões e regulado pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público. Aplicam-se supletivamente ao contrato de concessão os princípios da teoria geral dos contratos e as

⁶⁹ MEIRELLES, op.cit., p. 367.

⁷⁰ MOOR, Fernanda Stracke. *O regime de delegação da prestação de serviços públicos*. Porto Alegre, 2002. p. 82.

⁷¹ Segundo art. 23 da Lei nº 8987/95 (Lei de Concessões).

⁷² STUBER, op.cit., p. 60.

disposições de direito privado. O contrato de concessão deve estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, consoante os termos da licitação e da proposta a que se vincula.

Pressupõe-se dever do Estado a capacitação técnica e administrativa do pessoal que executará os atos relativos ao processo, desde os responsáveis pelas decisões técnicas, elaboração de termos de referência, elaboração de edital e contrato, até os que se ocuparão da fiscalização e do controle dos serviços prestados pela concessionária.

É prerrogativa da Administração a retomada do serviço, durante o prazo de concessão, por motivo de conveniência ou interesse. Trata-se das figuras da encampação ou do resgate. No entanto, é uma garantia à concessionária a determinação de que a encampação depende de lei autorizadora específica. A concessionária não pode opor-se à retomada do serviço pela Administração, mas assegura-se a essa mesma concessionária o direito à indenização dos prejuízos sofridos.⁷³

Quanto às prerrogativas contratuais, confere-se à concessionária o direito ao recebimento da tarifa, à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e à inalterabilidade de seu objeto; qualquer modificação que repercuta na equação do contrato dá ensejo a sua revisão, inclusive no que se refere ao valor da tarifa.⁷⁴

Os usuários são beneficiários do serviço público, mediante o pagamento da tarifa. Não integram o contrato de concessão de serviços públicos, e a relação obrigacional ocorre entre o usuário e o concessionário, formalmente ou não. Seus direitos devem ser claramente assegurados no contrato de concessão, uma vez que é ele o destinatário do serviço concedido.⁷⁵

⁷³ Conforme arts. 35, 36 e 37 da Lei 8987/95.

⁷⁴ GRANZIERA, op.cit., p. 113.

⁷⁵ Ibid., p. 114.

Os usuários de serviços públicos são protegidos pelo art. 22, do Código de Defesa do Consumidor, que prevê, “que os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”.

Marçal Justen Filho lembra a proteção ao usuário quando afirma, “O Estado tem o dever de assegurar que as necessidades individuais e coletivas continuem a ser satisfeitas, depois de produzida a privatização. A empresa privada que assumir a atividade correspondente ao serviço público, ainda que o faça sob o regime de Direito Privado, terá o dever de fazê-lo em termos universais, com observância dos princípios da igualdade, da continuidade e da modicidade de tarifas”.⁷⁶

A atribuição do risco ao concessionário significa a ausência de remuneração por parte do poder concedente. As despesas e os encargos são custeados pelo concessionário, cuja remuneração se efetiva por meio da cobrança de tarifas pagas pelos usuários e por outras soluções empresariais. Haverá lucro se os resultados forem satisfatórios; prejuízo, no caso contrário.

Embora o risco seja assumido pelo concessionário ou permissionário, não existe vedação constitucional a que recursos estatais sejam aplicados na manutenção de atividades concedidas. Dessa forma, a participação estatal atua prevenindo e evitando que a dimensão dos riscos e dos encargos assumidos pelo particular se transformem em encargos excessivamente elevados para os usuários.⁷⁷

Maria Luiza Machado Granziera refere-se à política tarifária na concessão de serviços públicos afirmando: “A tarifa é a remuneração, ao longo do contrato de concessão, do investimento efetuado pelo concessionário no serviço, incluindo ou não a execução de obras, somando-se a isso o custeio da prestação do mesmo e incluindo

⁷⁶ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 65.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 89.

ainda, de acordo com o critério de julgamento utilizado na licitação, nos termos do art. 15 da Lei 8987/95, a remuneração ao poder concedente pela outorga da concessão”.⁷⁸

O art. 9º da Lei de Concessões prescreve a política tarifária da concessão e permissão. O mencionado artigo e seus parágrafos estabelecem que a tarifa do serviço deve ser fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas na Lei.

Com relação à política tarifária adotada na concessão e na redistribuição da riqueza, Marçal Justen Filho⁷⁹ aponta:

Então, a tarifa a ser exigida para a fruição do serviço por parte dos usuários deverá ser suficiente para a manutenção do serviço (e para a obtenção do lucro do delegatário). Isso produz a diferenciação entre dois conjuntos distintos de pessoas: a comunidade e os usuários. Os recursos da comunidade não mais serão aplicados para a implantação e manutenção do serviço. Caberá aos próprios usuários arcar com as despesas necessárias. Dito de outro modo, a concessão acarreta a redução dos encargos dos não-usuários, cujos recursos deixam de ser exigidos para a manutenção do serviço público. E, de modo concomitante, gera o agravamento da situação econômica dos usuários do serviço, que terão de arcar com o ônus econômico correspondente.

Outra característica contratual que deve ser verificada diz respeito à intangibilidade da equação econômico-financeira da concessão. Na ocorrência de evento superveniente e extraordinário, assegura-se ao concessionário a recomposição da relação original entre encargos e vantagens; ou seja, quando se alteram os pressupostos do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, faz jus o concessionário à revisão da tarifa, porque o direito à remuneração deve ser condizente com o serviço prestado.⁸⁰

Existe um último aspecto a ser observado antes do estudo, propriamente dito,

⁷⁸ GRANZIERA, op.cit., p. 116.

⁷⁹ JUSTEN FILHO, *Teoria Geral...*, op.cit., p. 71.

⁸⁰ GRANZIERA, *idem*.

da concessão e da permissão de portos secos. Tal observação se refere ao regime aplicado aos contratos administrativos, de cunho jurídico-administrativo, que impõe à Administração Pública sujeições que restringem sua esfera de atuação, mas que, sob outra perspectiva, outorgam-lhe algumas prerrogativas.

As sujeições são inerentes à imposição do procedimento licitatório que antecede à contratação administrativa. Expressam-se as prerrogativas públicas em cláusulas denominadas “exorbitantes” – cabe, entretanto, ressaltar que tais cláusulas não conferem prerrogativas à Administração na relação jurídico-administrativa, elas apenas constituem o instrumento formal pelo qual tais “vantagens” se expressam na relação contratual.

Sobre a existência de cláusulas especiais do contrato administrativo que trazem prerrogativas da Administração Pública, Miguel Angel Berçaitz⁸¹ aponta: “*la existencia de cláusulas especiales insertadas en los contratos administrativos, exorbitantes del derecho privado, que testimonian ‘um régimen jurídico especial de derecho público’*”.

São exemplos de prerrogativas da Administração utilizadas nos contratos administrativos (inclusive nos de concessão e permissão): a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado – axioma do direito público, garante à Administração a opção pela satisfação do interesse público em situação de confronto entre interesses da coletividade com o interesse de particulares; e a possibilidade de instabilizar o vínculo contratual⁸² – em uma perspectiva de superioridade em face do particular e baseado em interesse público.

A natureza da atuação da Administração Pública justifica a existência de

⁸¹ BERÇAITZ, Miguel Angel. *Teoría General de los Contratos Administrativos*. Buenos Aires, 1980. p. 206. Tradução livre: “a existência de cláusulas especiais inseridas nos contratos administrativos, exorbitantes de direito privado, que atestam um regime jurídico especial de direito público”.

⁸² BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso...*, 8.ed., ob.cit., p. 378.

suas prerrogativas, que conferem uma situação de superioridade ao ente público em relação aos particulares que participam do contrato de concessão ou permissão de serviços públicos. Quando necessário, a Administração poderá utilizar sua condição privilegiada para assegurar a adequada prestação do serviço por parte do concessionário ou do permissionário. No entanto, se não existir tal necessidade fundada em interesse público, também não existirá a possibilidade de utilização dessa condição privilegiada.

Em síntese, o interesse do concessionário (ou permissionário) deve ser resguardado, mas tão-somente na medida em que não confronte o interesse público, que deve ser protegido pela Administração – observando-se sempre as prerrogativas estatais – em relação aos serviços públicos prestados por particulares.

Esta forma de abordagem do assunto fornece base teórica para a abordagem específica da concessão e da permissão de funcionamento dos portos secos, que será o foco do capítulo seguinte.

4 CONCESSÃO E PERMISSÃO DE FUNCIONAMENTO DE PORTOS SECOS

4.1 NOÇÕES E CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

A abordagem prévia de algumas definições pode ser relevante para a compreensão de aspectos conceituais da concessão e permissão de funcionamento de portos secos. Sob este enfoque, cabem considerações a respeito de certas definições envolvendo Território Aduaneiro; Zonas Primárias e Secundárias; Alfândega; Terminais Alfandegados e Retroportuários; Estações Aduaneiras (de Interior e de Fronteira) e Regimes Aduaneiros (estes serão apresentados em seção posterior).

João dos Santos Bizelli⁸³ define Território Aduaneiro como aquele que “compreende todo o território nacional, estando dividido, para fins de jurisdição dos serviços aduaneiros, em ‘Zona Primária’ e ‘Zona Secundária’”.

A Zona Primária compreende as faixas internas de portos e dos aeroportos, recintos alfandegados e locais habilitados na fronteira terrestre, bem como outras áreas nas quais se efetuem operações de carga e descarga de mercadorias, ou embarque e desembarque de passageiros, procedentes do exterior ou destinados ao exterior.⁸⁴

Os recintos alfandegados na Zona Primária incluem os pátios, armazéns, terminais e outros locais destinados ou à movimentação, ou ao depósito de

⁸³ BIZELLI, João dos Santos. *Noções Básicas de Importação*. 9ª ed. São Paulo, 2002. p. 47.

⁸⁴ Ibid., p. 47. A demarcação da Zona Primária é feita pela autoridade aduaneira local, ouvido o órgão ou empresa a que esteja vinculada a administração do porto, aeroporto ou estação de fronteira, e abrange:

- a) a área terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, ocupada pelos portos alfandegados;
- b) a área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados; e
- c) a área adjacente aos pontos de fronteira alfandegados.

mercadorias importadas, ou à exportação, que devam se movimentar ou permanecer sob controle aduaneiro, assim como as áreas reservadas à verificação de bagagens destinadas ao exterior ou dele procedentes.⁸⁵

A Zona Secundária compreende o restante do território aduaneiro (não abrangido em Zona Primária), nela incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo. Os recintos alfandegados abrangem entrepostos, depósitos, terminais ou outras unidades destinadas ao armazenamento de mercadorias importadas ou destinadas à exportação, que devam movimentar-se ou permanecer sob controle aduaneiro, incluindo-se também as dependências destinadas ao depósito de remessas postais internacionais sujeitas ao mesmo controle.

Alfândega é o órgão estatal de controle dos fluxos de comércio exterior, que abrange transporte, mercadorias e pessoas (ingressos ou saídas) e que, para esse efeito, detém poder suficiente para, nos limites de sua jurisdição, em território aduaneiro, conhecer os fatos e aplicar o Direito próprio.⁸⁶

Na execução de serviços aduaneiros, podem ser alfandegados terminais de uso público, denominados estações aduaneiras ou terminais retroportuários, que se destinam à movimentação e à armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro, não localizados em área de porto ou aeroporto.

Com o crescimento econômico do país e o aumento das exportações e importações, manter cargas em portos e aeroportos, que são vias de passagem, torna o serviço precário e inviável. Existem cargas que chegam a permanecer até três anos armazenadas. Por isso a necessidade de o Estado encontrar uma solução para a sua ineficiência na prestação desse serviço.

A elevada quantidade de carga a ser movimentada, armazenada e sujeita a todos os procedimentos aduaneiros faz da zona primária um obstáculo burocrático à

⁸⁵ BIZELLI, op.cit., p.47-48.

⁸⁶ SOSA, Roosevelt Baldomir. *A Aduana e o Comércio Exterior*. São Paulo, 1996. p. 59.

participação internacional.

A procura por soluções para a ineficiência na prestação do serviço de armazenagem de cargas destinadas à importação ou exportação pelo Estado, em zonas primárias e o fortalecimento da idéia de que porto é um lugar de passagem das mercadorias levou muitas empresas brasileiras a implementarem ações para acelerar o desembaraço de mercadorias importadas.

Entre as estratégias mais comuns destaquem-se a terceirização da área de comércio exterior e a substituição das zonas primárias (portos e aeroportos) pelas secundárias (os 'portos secos'). Com a implementação dessas medidas, buscaram-se soluções para impedir interrupções na produção por falta de insumos estrangeiros e para evitar que os estoques fiquem 'carregados' demais.

Esses tipos de estratégia atendem ao imperativo ditado por um volume de trocas internacionais que evolui em progressão acentuada. Ao se referir às trocas internacionais, Roosevelt Baldomir Sosa⁸⁷ afirma: “Esse incremento notável acaba por produzir elevados estoques de cargas nos portos e aeroportos, exigindo pesados investimentos em armazéns e outras unidades de depósitos e guarda de mercadorias, além, é claro, de demandar constantes ampliações nas instalações operativas portuárias, novos métodos de trabalho, equipamentos etc”.

Aumenta-se exponencialmente a velocidade de movimentação das mercadorias, confirmando a idéia de que, para uma inserção mais competitiva do produto nacional nos mercados internacionais, haveria de se promover uma reestruturação no sistema aduaneiro brasileiro.

A dinâmica das atividades de importação e de exportação, com seus reclamos de agilização para reduzir o tempo de desembaraço e de entrada das mercadorias em circulação econômica, impõe a referida política de interiorização. Desse modo, tanto os exportadores quanto os importadores têm interesse em contar

⁸⁷ SOSA, op.cit., p. 57

com aduanas próximas a seus centros produtivos para agilizar a saída das mercadorias.⁸⁸

Com relação à perspectiva de busca de soluções baseada na interiorização aduaneira, as estações aduaneiras de interior surgem como resposta econômica e territorial. Sua principal função é a de “desafogar” a zona primária, criando uma alternativa eficiente e segura para a realização do desembaraço aduaneiro, contribuindo assim para a inserção dos produtos brasileiros na economia mundial, de maneira competitiva.⁸⁹

4.2 CONCESSÃO E PERMISSÃO DE EXTENSÕES ADUANEIRAS E DE TERMINAIS ALFANDEGADOS – DEFINIÇÃO, FINALIDADES E VANTAGENS DOS PORTOS SECOS

O estudo da concessão e da permissão de serviços públicos é amplo, impõe-se, por esse motivo, a necessidade de se especializar o estudo do assunto a respeito da delegação de serviços em estações aduaneiras de interior.

Este trabalho contempla uma espécie de concessão – e ou permissão – a de serviços públicos relacionados com os serviços aduaneiros de responsabilidade da União, sob fiscalização da Receita Federal.

Fundamentam-se tais serviços nos termos do art. 1º, da Lei nº 9074/95, pelo qual podem ser delegados por concessão ou por permissão serviços e obras públicas de competência da União, tais como: “*c) extensões aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público, não instalados em área de porto ou aeroporto, precedidos ou não de obras públicas*”.

Em países sem litoral, o armazenamento desempenha uma estratégica função, em decorrência dos problemas peculiares provocados pela inexistência de

⁸⁸ SOSA, op.cit., p. 58.

⁸⁹ PENHA, op.cit.

acesso direto ao mar. Nesses países é muito freqüente encontrar os chamados “portos de interior ou secos”, que se apresentam como extensas áreas destinadas à armazenagem dos produtos que chegam e saem do país.⁹⁰

A utilização dos “portos de interior ou secos” também é justificável em países de dimensões continentais, como o Brasil, onde portos e indústrias encontram-se relativamente distantes. No entanto, países territorialmente menores também se infletem na interiorização aduaneira, atendendo aos reclamos de maior eficácia. Trata-se, pois, de uma tendência mundial.⁹¹

Ao se referir a uma política de interiorização aduaneira, procura-se associá-la à figura dos portos secos⁹² - *dry port*, antes conhecidos como estações aduaneiras de interior⁹³, que são recintos alfandegários de uso público, não localizados em zona primária de portos ou de aeroportos alfandegados; naqueles mesmos recintos são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem sob controle aduaneiro.

A denominação porto seco vem do fato de esse recinto desenvolver atividades que tradicionalmente eram de exclusividade dos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, levando o despacho aduaneiro a espaços não contíguos à zona primária, desconcentrando a atividade fiscal para uma zona secundária.

⁹⁰ HANDABAKA, Alberto Ruibal. *Gestão Logística da Distribuição Física Internacional*. São Paulo, 1994. p. 264.

⁹¹ SOSA, op.cit., p. 57.

⁹² Conforme definição do art. 11 do Decreto Lei nº 4765/2003, “Portos secos são recintos alfandegados, de uso público, nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro”.

⁹³ As Estações Aduaneiras podem ser: a) de fronteira, quando situada em Zona Primária de ponto alfandegado de fronteira, ou área contígua; b) de interior, quando situada em Zona Secundária.

A denominação foi alterada pelo Decreto Lei nº 4765/2003.

Esses recintos alfandegários foram criados pela Secretaria da Receita Federal, com a finalidade de oferecer uma via alternativa para a realização de despacho aduaneiro de cargas importadas e daquelas que seguem para a exportação. De acordo com a definição da própria Receita Federal⁹⁴, são “terminais alfandegados de uso público, situados em zona secundária, destinados à prestação por terceiros, dos serviços públicos⁹⁵ de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro”.

As estações aduaneiras de interior realizam também diversos outros serviços importantes para as relações comerciais externas brasileiras, prestando serviços de acondicionamento, de reacondicionamento e de montagem de mercadorias importadas, submetidas ao regime especial de entreposto aduaneiro.

Representam, na verdade, zonas capazes de estimular as exportações, possibilitando a melhoria da performance da balança comercial brasileira. Servem para resolver um dos principais problemas brasileiros que envolvem a geografia econômica, a logística.⁹⁶

As estações aduaneiras de interior, ou portos secos, apresentam-se como áreas capazes de amenizar problemas resultantes das distâncias percorridas entre pontos de produção e de consumo, minimizando o tempo de ocorrência dos fluxos, o que se pode denominar tempo de trânsito. Esse tempo de trânsito se impõe como elemento importante, já que influi em volumes de estoque, em custos de manutenção,

⁹⁴ PORTOS SECOS. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Eadi.html>> Acesso em: 28 abr. 2004.

⁹⁵ Os serviços prestados por um porto seco podem ser delegados ou não, sendo caracterizados pela guarda ou transporte de mercadorias.

⁹⁶ NASCIMENTO, Saumíneo da Silva. *Estação Aduaneira Interior – EADI – Melhoria da Logística Brasileira*. Disponível em: <<http://www.guiadelogistica.com.br>>, acesso em: 02 mai. 2004.

em períodos de cobrança e na qualidade dos serviços oferecidos por uma empresa.⁹⁷

Um porto seco é instalado, por esse motivo, preferencialmente próximo às regiões produtoras ou consumidoras; assim, diante da interiorização, facilitam-se os processos logísticos da exportação, uma vez que em tais recintos também são executados todos os serviços públicos de movimentação e de armazenagem de mercadorias, que são de incumbência da Receita Federal, a exemplo do processamento de despacho aduaneiro de importação e exportação, ou seja, os procedimentos de conferência e desembaraço aduaneiro, simplificando procedimentos.

O resultado prático da instalação dos portos secos torna-se visível não apenas na velocidade que as unidades próximas às indústrias imprimem ao processo produtivo, mas também no ágil desembaraço das documentações exigidas, tanto para quem exporta quanto para quem importa.

Além da facilidade logística, outras vantagens contemplam os portos secos, tais como:

- A segurança dos produtos estocados; os importadores e os exportadores são beneficiados por seguros, que garantem proteção à carga;
- Diversificação na prestação dos serviços e atendimento personalizado, uma vez que no interior das unidades é possível encontrar outros serviços, como embalagem, limpeza de contêineres, retirada de amostras, etiquetagem, colocação de lacres e marcação de volumes;
- Os portos secos cuidam do despacho aduaneiro desde o registro da mercadoria até o seu desembaraço. Dentro das estações aduaneiras de interior funcionam postos da Receita Federal. Dessa forma, a carga deixa o pátio da estação já conferida e lacrada, sem a necessidade de outra inspeção da Receita em seu próximo destino;

⁹⁷ NASCIMENTO, Idem.

- As estações aduaneiras de interior (portos secos) cobram taxas de armazenagem de mais baixo valor e oferecem ainda o grande diferencial da entrepostagem aduaneira na importação. Por esse mecanismo, o dono de carga que transferir suas mercadorias para uma estação aduaneira no interior conta com a possibilidade de deixá-la nesse local em regime de suspensão de impostos⁹⁸. A carga pode ser nacionalizada aos poucos, conforme a necessidade do importador, que somente nesse momento faz o pagamento dos tributos devidos.

Diante de tais vantagens, a idéia principal é que se deleguem os serviços desenvolvidos em terminais alfandegados a pessoas jurídicas de direito privado que tenham como principal objeto social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias. A delegação pode ser efetivada mediante permissão ou concessão de serviços públicos, sendo esta precedida da execução de obra pública.

Tanto as operações de movimentação e de armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro quanto a prestação de serviços conexos em porto seco sujeitam-se ao regime de concessão ou de permissão.

A execução das operações e a prestação dos serviços conexos⁹⁹ serão efetivadas mediante regime de permissão, salvo quando os serviços devam ser prestados em porto seco instalado em imóvel pertencente à União, caso em que será adotado o regime de concessão precedida da execução de obra pública.¹⁰⁰

A concessão de serviço público precedido da execução de obra pública é

⁹⁸ É característica dos serviços prestados pelos Portos Secos a utilização do regime de suspensão do pagamento dos tributos até o momento da nacionalização da mercadoria, sendo este prazo de até 120 dias no regime comum, ou um ano no regime especial de entreposto aduaneiro da importação, podendo ser prorrogado por até dois períodos de um ano.

⁹⁹ São espécies de serviços conexos: a) etiquetagem e marcação de produtos destinados a exportação, visando sua adaptação a exigências do comprador; b) demonstração e testes de funcionamento de veículos, máquinas e equipamentos; c) acondicionamento e reacondicionamento; d) montagem.

¹⁰⁰ PORTOS SECOS. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Eadi.html>>

indispensável ao serviço delegado, segundo Edimur Ferreira de Faria¹⁰¹. Conforme a Lei nº 8987/95, no art. 2º, III, a realização de obra para essa finalidade compreende: “construção, total ou parcial; conservação; reforma; ampliação ou melhoramento de qualquer obra de interesse público”.

A conclusão sobre vantagens e importância de concessão e de permissão de extensões aduaneiras e terminais alfandegados – mediante implementação de portos secos – é a de que esta forma de delegação é capaz de suprir a ineficiência do Estado (representado pela Receita Federal) na prestação dos serviços públicos de movimentação e de armazenagem de mercadorias, atendendo, assim, às exigências do processo econômico de abertura dos mercados, típico da fase contemporânea do capitalismo mundial e oriundo do fenômeno da globalização.

4.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS E PROCEDIMENTOS NA CONCESSÃO E PERMISSÃO DE PORTOS SECOS

Muitos procedimentos e características dos contratos em estudo já foram tratados no capítulo anterior, quando abordadas as características da concessão e permissão; na realidade, não existem muitas peculiaridades na concessão e permissão de portos secos, já que constituem uma forma de delegação a terceiros da prestação de serviços públicos. Desta forma, as peculiaridades relativas às estações aduaneiras de interior são estabelecidas no edital de licitação e em contrato.

Convém explicar que o tratamento dado a esta seção não possui correspondência doutrinária, por se tratar de assunto pouco explorado pela doutrina jurídica. Ao observar que os serviços prestados em portos secos são serviços públicos, utilizam-se (subsidiariamente) as regras contratuais da concessão de serviços públicos ao contrato de concessão de portos secos. A base utilizada para o enfoque dado às características gerais e procedimentos na concessão e permissão de portos secos está

¹⁰¹ FARIA, op.cit., p. 335.

contida em contrato de concessão e edital de concorrência pública, fornecidos pela Superintendência da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, em Curitiba.

Os princípios inerentes à concessão são os mesmos que se referem à execução de serviços públicos e que já foram citados em capítulo anterior, em especial os da continuidade, o da mutabilidade do regime jurídico e o da igualdade dos usuários.

Uma primeira característica a ser observada com relação à concessão de funcionamento de portos secos é comum a todos os contratos administrativos, trata-se da exigência quanto a necessidade de licitação pública prévia¹⁰² na modalidade de concorrência.. O objeto desta licitação é a concessão precedida da execução de obra pública em portos secos, que estabelece prazos e condições definidas em contrato.

A concessão de portos secos deve ser precedida da execução de obra pública para prestação dos serviços públicos de estadia e de pesagem de veículos e unidades de carga, bem como os de movimentação e armazenagem de mercadorias nessas unidades.

Edimur Ferreira de Faria¹⁰³ lembra que a concessão de serviço público precedido da execução de obra pública “opera-se segundo a regra geral, mediante contrato precedido de licitação da modalidade concorrência”. Comenta ainda que “o concessionário, por sua conta e risco, realiza as obras de acordo com o edital e contrato e, em seguida, explora o uso do bem, cobrando dos usuários uma quantia em pecúnia, (...)”.

Na habilitação, o licitante deve comprovar que tem como principal objeto

¹⁰² Regida pelas Leis nº 8666, de 21 de junho de 1993, nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995 e nº 9074, de 7 de julho de 1995, pelo Decreto nº 2763, de 31 de agosto de 1998, pelas Instruções Normativas da Receita Federal nº 55, de 23 de maio de 2000, e nº 109, de 8 de dezembro de 2000.

¹⁰³ FARIA, op.cit., p. 335.

social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias. A comprovação deve ser realizada mediante apresentação do contrato social e da última alteração contratual, se houver, na junta comercial.

O licitante compromete-se, ainda, a usar o imóvel da União exclusivamente para as atividades do porto seco, bem como apresentar um projeto ou anteprojeto dessa unidade. No caso de o licitante vencer a concorrência, a formalização de contrato entre a concessionária e a União dependerá da assinatura de um “contrato de cessão”, sob regime de arrendamento, pelo uso de imóvel próprio nacional, o qual será administrado pela Secretaria do Patrimônio da União.

Quanto à participação na licitação, é comum o edital de abertura da concorrência vedar a participação de empresas interessadas que se encontrem em processo de falência ou concordata, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação. O edital pode vedar também acesso a empresas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Fazenda ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Na proposta deve constar o prazo máximo para o início de funcionamento da estação aduaneira, contado a partir da data de aprovação do contrato, não podendo exceder a 30 (trinta) dias corridos. Também devem ser propostas tarifas (em algarismos e por extenso), que compreendam o custo, incluindo seguros, remuneração da concessionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido, no caso dos equipamentos móveis), a serem cobradas dos usuários pela armazenagem das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro.

A concessão ou a permissão de porto seco é formalizada por termo de contrato, celebrado entre a União, representada pela Receita Federal (denominada concedente para fins de contrato), e a licitante vencedora (denominada concessionária para fins de contrato), observando-se os termos da Lei nº 8987, de 1995, do edital e demais normas pertinentes.

O prazo para celebração do contrato é de cinco dias, contados a partir da data da devida convocação, cuja validade e eficácia só se consumam depois de aprovado pelo Secretário da Receita Federal e publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

Os contratos de concessão e de permissão de estações aduaneiras de interior devem fixar o objeto; a área e o prazo de concessão; o preço do serviço; os critérios para revisão das tarifas; os direitos e deveres dos usuários; penalidades contratuais e administrativas; os encargos do concessionário, e outras condições contratuais que se fizerem necessárias.

Com relação à execução do contrato, a concessionária poderá auferir receitas acessórias na unidade concedida, decorrentes de prestação de serviços conexos com aqueles da concessão, prestados facultativamente aos usuários, relativos a limpeza e desinfecção de veículos e unidades de carga, movimentação e armazenagem de mercadorias, favorecendo assim a modicidade das tarifas.

A remuneração dos serviços prestados pela concessionária deve ser realizada pelo usuário (característica comum às concessões e permissões em geral), sendo aqueles relativos à estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, movimentação e armazenagem de mercadorias, aplicados conforme tarifas constantes da proposta vencedora.

As tarifas cobradas pela concessionária poderão ser revistas, a fim de se preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; no entanto, sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

Cabe recordar, diante desta característica, que os interesses do concessionário são resguardados nos casos em que não exista confronto com o interesse público; existem, pois, prerrogativas da Administração Pública, com relação a contratos firmados com particulares, que devem ser aplicadas em caso de conflito de interesses públicos e privados. Como exemplo dessas prerrogativas podem ser citadas: a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado; a

indefinição da relação contratual e possibilidade de encampação ou retomada do serviço (sempre quando observado o interesse público).

Uma outra característica importante se refere ao exercício da fiscalização por parte da concedente, que não exclui nem reduz a responsabilidade da concessionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e a ocorrência destes não implica co-responsabilidade da concedente. No exercício da fiscalização, a concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária. Tal característica exclui a co-responsabilidade estatal perante prestação irregular dos serviços concedidos em porto seco.

Quanto às penalidades, a concessionária ficará sujeita à sanção quando infringir a legislação aduaneira, ou quando descumprir execução total ou parcial do contrato. Tais penalidades podem ser tanto de advertência quanto de multa. No processo de aplicação das penalidades, no entanto, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Quando não houver o pagamento da multa, cobra-se esse valor administrativamente, podendo, ainda, o valor ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente. O atraso no recolhimento do valor das multas aplicadas, quando superior a trinta dias, resultará na caducidade da concessão.

A inexecução total ou parcial do contrato também pode acarretar, de acordo com o concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitando-se as disposições do art. 27 da Lei nº 8987/95 e das demais cláusulas contratuais, no que couber.

A extinção da concessão e permissão de portos secos poder ocorrer como em qualquer outro tipo de concessão de serviço público; extingue-se uma concessão por:

- I – advento do termo contratual;
- II – encampação;

- III – caducidade;
- IV – rescisão;
- V – anulação;
- VI – falência ou extinção da empresa concessionária.

Conforme explica o Edital de Concorrência para a concessão de porto seco: “Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos”.¹⁰⁴

A caducidade da concessão pode ser declarada pelo concedente quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente; no descumprimento de cláusulas contratuais; na paralisação do serviço (salvo em caso fortuito ou força maior); na perda das condições necessárias para a prestação do serviço permitido; no não-cumprimento das penalidades impostas por infrações; no não atendimento à intimação do poder concedente para a regularização da prestação do serviço, bem como na condenação em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos e contribuições sociais.

Por fim, observa-se que a formalização do contrato de concessão (ou permissão) impõe à concessionária (ou à permissionária) obrigações e encargos relacionados com a prestação dos serviços públicos em estação aduaneira de interior, o que deverá ser feito com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia de atendimento e modicidade das tarifas, na forma estabelecida na legislação específica.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Edital de Licitação. Concorrência SRRF 9ª RF – Nº 001/2002. p. 29

¹⁰⁵ Conforme os princípios norteadores da concessão de serviços público mencionados nas páginas

11 e 12 do presente trabalho.

A exigência do atendimento a esses princípios é característica comum aos contratos administrativos, sendo também caracterizados como princípios inerentes à concessão e, portanto, aplicáveis à concessão e à permissão de funcionamento de portos secos. Quando existe inobservância ao atendimento dos princípios citados, ocorre a ineficiência na prestação de serviços públicos pelo concessionário ou delegatário, podendo incorrer em uma das possibilidades de extinção da concessão ou permissão.

5 CONCLUSÃO

A prestação de serviços públicos tem relação com a discussão a respeito da finalidade do Estado, que tem o dever de assistir às demandas coletivas. Desta forma, a legitimidade do Estado-Administração depende da eficiência que confere à prestação dos serviços públicos essenciais para a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

O Estado pode atuar na atividade econômica, assumindo a posição de empresário; pode gerir ou executar serviços de utilidade pública e, até mesmo, realizar serviços alheios à sua razão de ser. Esta última forma de atuação corresponde à prestação de serviços úteis ou necessários para a implementação de políticas públicas que possam incentivar o desenvolvimento econômico e o progresso para o país.

Com o desenvolvimento da sociedade, as demandas coletivas tornam-se mais complexas, conforme o surgimento de novas tecnologias e necessidades de consumo, a exclusividade da atuação do Estado mostra-se insuficiente para atender à demanda da sociedade por serviços públicos. Ocorre que a arrecadação de tributos atinge um montante muito aquém da totalidade das despesas de custeio, inviabilizando, assim, o desenvolvimento tecnológico e operacional necessários à prestação dos serviços com qualidade e eficiência; ocorre também um certo “descaso” governamental quanto à observação ao atendimento dos princípios¹⁰⁶ norteadores do serviço público que envolvem permanência, generalidade, eficiência, modicidade e cortesia.

Quanto ao surgimento de novas demandas na prestação de serviços públicos

¹⁰⁶ Tais princípios apresentam denominações diferentes conforme o doutrinador, porém preservam o mesmo significado, exemplo disso é o princípio da generalidade (conforme denominação de Hely Lopes Meirelles) com significado semelhante ao do princípio da igualdade dos usuários (assim nomeado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro).

pelo Estado, algumas decorrem do fenômeno da globalização, tais como a necessidade de movimentação e armazenagem de cargas de forma eficiente para garantir o aumento das exportações, por meio da agilização aduaneira.

A prestação desse tipo de serviço não se coloca como uma “razão de ser” do Estado; surge como necessidade, ao predispor o país ao desenvolvimento econômico e contribuir para a inserção dos produtos nacionais na economia mundial, de maneira competitiva.

Na impossibilidade de atualizar-se na prestação de serviços públicos decorrentes de novas demandas sociais e diante da falta de recursos financeiro e técnico-operacionais, surge a busca da satisfação a tais necessidades sociais mediante descentralização na prestação de serviços públicos.

Tanto empresas privadas quanto a Administração Pública têm, cada vez mais, buscado meios eficazes para acompanhar os movimentos globais e a velocidade das mudanças econômicas, tecnológicas, sociais e culturais. Vive-se uma época em que se afigura latente uma acirrada competição entre as empresas, em nível internacional, decorrente, entre outros fatores, da globalização que tem imposto ao mercado uma busca incansável da eficiência e da conciliação da qualidade com o menor custo possível.

Diante desse quadro, o processo de terceirização tem emergido de forma estratégica, já que libera a Administração da realização de atividades consideradas acessórias (ou atividades meio), permitindo, assim, que a sua atuação se concentre nas atividades essenciais.

A alternativa de terceirização proposta para a atividade aduaneira de movimentação e armazenagem de cargas é a delegação de serviços por meio da concessão e da permissão. Propõe-se a adoção desses institutos de atuação compartilhada entre o Estado e a iniciativa privada para que atuem de forma a alcançar maior eficiência na prestação desses serviços, com aprimoramento da qualidade e substancial redução de custos.

No processo de terceirização mediante concessão e permissão de serviços públicos essa solução vem ao encontro das exigências atuais da sociedade, em que tanto empresas privadas (concessionários e permissionários) quanto a Administração Pública devem adaptar-se às mudanças e ajustarem-se às novas realidades para que possam alcançar seu objetivo central: a primeira, com o intuito de obter qualidade, lucro e conseguir espaço competitivo no mercado globalizado; e a segunda, foco do presente estudo, para atingir economicidade e eficiência, obviamente dentro da absoluta legalidade e condicionada aos ditames do interesse público.

Há muito se utiliza a concessão e a permissão dos serviços públicos no mundo, porém, após uma parcial perda de interesse na utilização de tais institutos no século passado, durante as décadas de 30 e 40, em virtude do fenômeno da nacionalização das concessionárias e instabilidade econômica do pós-guerra; um ressurgimento do interesse pela delegação de serviços registrou-se após a década de 80. Justificou-se tal ressurgimento alegando-se serem a concessão e a permissão formas de se executarem serviços sem que houvesse ônus financeiro para a Administração.

Na delegação a particulares, a Administração não se desvincula da prestação do serviço público. Mesmo concedido (ou permitido), o serviço permanece público. O Estado continua sendo o responsável pela sua prestação perante a coletividade, devendo atuar como fiscalizador do fiel cumprimento do serviço pelo concessionário.

A concessão e a permissão de serviços atuam como mediadores na contraposição entre os interesses público e privado. Há de se considerar a existência de uma relação jurídica trilateral na qual o terceiro interesse é o do cidadão (usuário do serviço público) que tem a satisfação de suas necessidades mediante o pagamento de tarifas à concessionária.

No decorrer da década de 90, ocorreu um processo de “interiorização das aduanas” o qual consistiu na política de criação de recintos alfandegados no intuito de descongestionar as zonas primárias (de portos, aeroportos e postos de fronteira) em

procedimentos de despacho aduaneiro. Registrou-se nesse período a implantação das estações aduaneiras de interior em território nacional, tendo em vista a edição das Leis nº 8.987/95 e 9.074/95, que tratam dos institutos de concessão e de permissão de serviços públicos. Acrescente-se, ainda, que esse processo de “interiorização” aduaneira se desenvolve, hoje, como mais uma das revelações do território em face da lógica global de produção.

As características gerais da concessão e da permissão de serviços públicos são aplicadas à concessão e à permissão de funcionamento de portos secos, tendo em vista que se trata da delegação a terceiros de serviços públicos de movimentação e armazenagem de cargas em zona secundária ou de interior.

Como características comuns, podem-se citar: a ausência de exclusividade na outorga da concessão ou permissão; a necessidade de licitação prévia na modalidade de concorrência pública; a formalização do contrato mediante fixação do objeto, área e prazo de concessão, preço dos serviços, direitos e deveres das partes envolvidas, penalidades contratuais e administrativas decorrentes do descumprimento do contrato pelas partes, entre outras condições.

A terceirização da área de comércio exterior e a substituição das zonas primárias (portos e aeroportos) pelas secundárias (estações de interior ou ‘portos secos’) contemplam estratégias destinadas a impedir interrupções na produção por falta de insumos estrangeiros e evitar a sobrecarga dos estoques. A solução encontrada pela interiorização aduaneira impôs-se como resposta econômica e territorial para os problemas logísticos da atualidade, que impedem a eficiência do desembarque aduaneiro e dificultam a exportação.

Como se depreende, muitas são as vantagens da delegação desses serviços a terceiros por parte do Estado. Algumas dessas vantagens dizem respeito à Administração; outras, aos concessionários (e permissionários) e outras, ainda, aos usuários deste tipo de serviço de movimentação de cargas.

Como vantagens aos usuários, existe a facilidade da logística, a segurança

dos produtos estocados, a facilidade no desembarco aduaneiro, as taxas de armazenagem mais baratas e a suspensão de impostos até o momento da nacionalização da mercadoria. A vantagem para o concessionário centra-se na exploração do serviço com auferibilidade do lucro, bem como na exploração dos serviços conexos. A vantagem para a Administração se faz visível na redução de custos operacionais, na prestação mais eficiente dos serviços aos seus administrados, na possibilidade de atuação como fiscal dos serviços concedidos e na utilização de suas prerrogativas de superioridade quando na defesa do interesse público.

Deve-se, por fim, ressaltar que a *Concessão e a Permissão de Portos Secos* é um recurso a que a Administração e as empresas recorrem, a fim de agilizarem o processo produtivo no país, que pode estimular o desenvolvimento econômico mediante exportação e atuação das empresas nacionais no mercado externo. Dessa forma, constitui uma alternativa inteligente de prestação de serviço público, já que retira do Estado o ônus financeiro; cumprindo seu objetivo, traz satisfação aos usuários pela agilização e pela redução de custos na exportação, bem como beneficia os concessionários e permissionários com a obtenção do lucro por meio das tarifas.

Todos ganham com a implementação desse tipo de estratégia governamental de delegação de serviços públicos a terceiros, porque, com a agilização do processo aduaneiro, advém o crescimento econômico do país, a possibilidade de expansão econômica das empresas nacionais e outras conseqüências sociais decorrentes de todo esse progresso, tais como a geração de empregos para a população.

Cabe, quanto a este trabalho, comentar que esta proposta, mesmo humilde, alimenta a pretensão de, com ela, estimular a pesquisa por parte de outros estudantes e doutrinadores, na busca de fontes doutrinárias específicas sobre o assunto, tendo em vista a atualidade e a importância deste tema na aplicação aos casos concretos que surgem no cotidiano de empresas que trabalham com transporte, logística e comércio exterior.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Elementos de Direito Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1992.
- _____. **Curso de Direito Administrativo**. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- _____. **Curso de Direito Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- BERÇAITS, Miguel Ángel. **Teoría General de los Contratos Administrativos**. 2. ed. Buenos Aires: Depalma, 1980.
- BIZELLI, João dos Santos. **Noções básicas de importação**. 9. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.
- CAHALY, Yussef Said. **Responsabilidade civil do Estado**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- CRETELLA JÚNIOR, José. **Administração indireta brasileira: autarquia, concessionária, subconcessionária, (...)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- _____. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. **Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella et al. **Temas polêmicos sobre licitações e contratos**. São Paulo: Malheiros, 2001.
- FARIA, Edimur Ferreira de. **Curso de Direito Administrativo Positivo**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Contratos administrativos: gestão, teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2002.

HANDABAKA, Alberto Ruilbal. **Gestão logística da distribuição física internacional**. São Paulo: Maltese, 1994.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Concessões de serviços públicos**. São Paulo: Dialética, 1997.

_____. **Teoria Geral das Concessões de Serviço Público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. Porto Alegre: S. Fabris, 1987.

MEDAUAR, Odete et al. **Concessão de Serviço Público**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MOOR, Fernanda Stracke. **O regime de delegação da prestação de serviços públicos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

NASCIMENTO, Saumíneo da Silva. **Estação Aduaneira Interior – EADI – Melhoria da Logística Brasileira**. Disponível em: <<http://www.guiadelogistica.com.br>> Acesso em: 02 mai. 2004

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Exportação: a solução global**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. **Entidades Prestadoras de Serviços Públicos e Responsabilidade Extracontratual**. São Paulo: Atlas, 2003.

PENHA, Lucas Ferreira Rosa. **Interiorização das Aduanas e Competitividade Territorial no Brasil: Tipologia e Topologia das Estações Aduaneiras de Interior**. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/vicgb.2004/eixo5/c5%20212.html>> Acesso em: 25 ago. 2004.

PORTOS SECOS. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/Eadi.html>> Acesso em: 28 abr. 2004.

SOSA, Roosevelt Baldomir. **A aduana e o comércio exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1996.

STUBER, Walter Douglas. **O Financiamento de Projetos no Brasil e a Lei de Concessões**. São Paulo: Max Limonad, 1996.

TÁCITO, Caio. **O equilíbrio financeiro na concessão de serviço público**. *Temas de Direito Público*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. 1 v.

WALD, Arnold et al. **O Direito de Parceria e a nova Lei de Concessões: análise das Leis 8.987/95 e 9.074/95**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

ANEXOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL – 9ª RF

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA SRRF 9ª RF - Nº 001/2002

OBJETO: Concessão precedida da execução de obra pública para prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias na Estação Aduaneira Interior, em Ponto de Fronteira, no Município Foz do Iguaçu – PR.

O Presidente da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria do Superintendente da Receita Federal da 9ª RF nº 100, de 02 de abril de 2002, nos termos da competência outorgada pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, torna público que às 09:00 horas do dia 25/07/2002, na sala de reuniões da Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª RF, no 10º andar do Edifício-Sede dos Órgãos do Ministério da Fazenda em Curitiba, sito na Rua Marechal Deodoro, nº 555, Centro, em Curitiba-PR, serão recebidos, e dado início à sua abertura, os envelopes contendo a documentação necessária à habilitação e à classificação de empresas interessadas em assumir a concessão precedida da execução de obra pública para prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias em Estação Aduaneira Interior, em Ponto de Fronteira, segundo os termos do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996 e do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, observadas ainda as legislações posteriores que vierem a alterar ou suceder aquelas aqui mencionadas por meio da presente licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que se regerá pelas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e nº 9.074, de 7 de julho de 1995, pelo Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, pelas Instruções Normativas do Secretário da Receita Federal nº 55, de 23 de maio de 2000, e nº 109, de 8 de dezembro de 2000, ainda pelas disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto deferir a concessão precedida da execução de obra pública para prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias, pelo prazo de dez anos, na Estação Aduaneira Interior, em Ponto de Fronteira - EADI/Foz do Iguaçu, para carga geral, no Município de Foz do Iguaçu/PR, doravante denominada EADI para os fins deste edital.

1.2 A EADI poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação, devendo nela serem executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

1.3 Na EADI poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas aos seguintes regimes aduaneiros:

I - comum;

II- suspensivos:

a) entreposto aduaneiro na importação e exportação;

- b) admissão temporária;
- c) trânsito aduaneiro;
- d) *drawback*;
- e) exportação temporária, inclusive para aperfeiçoamento passivo;
- f) depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado;

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Não poderão participar da presente licitação as interessadas que: se encontrem em processo de falência ou concordata, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação; estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Fazenda ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3. DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de habilitação e de classificação (proposta).

3.1.1 Os conjuntos de documentos de habilitação e de classificação (proposta) deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número e o objeto da licitação "Concorrência SRRF 9ª RF nº 001/2002 - Concessão precedida da execução de obra pública para prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias na EADI/Foz do Iguaçu" e, respectivamente, os títulos dos conteúdos "Documentos de Habilitação" e "Proposta".

3.1.2 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SRRF09 ou publicação em órgão de imprensa oficial. A autenticação, quando feita por servidor da SRRF09 RF será efetuada em horário de expediente, no endereço referido no subitem 18.11, até as 15:00 horas do dia útil imediatamente anterior ao do recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação.

3.1.3 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos ou semelhantes, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração da proposta.

3.1.4 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, no endereço discriminado no item 18.8, deste edital, devendo a Comissão Especial de Licitação, doravante denominada simplesmente Comissão, julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

3.1.5 Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.1.6 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.2 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1) E CADASTRAMENTO

3.2.1 O envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter os seguintes documentos relacionados com a qualificação técnica, em idioma nacional, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas, devendo suas folhas ser rubricadas e numeradas, sendo a última assinada por quem de direito.

I - comprovação de que a licitante tem como principal objeto social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias. Tal comprovação deverá ser realizada mediante a apresentação do contrato social e da última alteração contratual, se houver, registrados na junta comercial;

II - declaração da licitante se comprometendo a usar o imóvel da União exclusivamente para as atividades da EADI;

III - declaração da licitante que esteve no local da EADI, tomou conhecimento das condições do imóvel e está ciente das dificuldades para execução das obras e serviços necessários ao perfeito funcionamento da EADI;

IV – declaração da licitante em que expresse a concordância de que no período de 30 (trinta) dias:

a) anteriores ao início da operação da EADI, ocorra a transição das administrações, nos termos do item 18.10, realizando preparativos para seu efetivo início;

b) posteriores ao início da operação da EADI, seja possibilitado o acesso ao terminal da antiga administradora da EADI, com a finalidade de que sejam retirados materiais e equipamentos de sua propriedade, porventura ainda existentes no local;

V - projeto ou anteprojeto da EADI constituído de:

a) desenhos (no mínimo: planta de locação e plantas baixas e de cortes de edificações) indicando que, durante o prazo para execução das obras – entendendo-se este como o período máximo de 270 (duzentos e setenta) dias contados da data do início da administração da EADI, pela licitante a ser contratada - suas instalações disporão, no mínimo, de:

1 - área fechada e coberta de armazenagem com, no mínimo, 2100 (dois mil e cem metros) quadrados (armazém em paredes rígidas, piso pavimentado e nivelado, esquadrias e cobertura que proporcionem condições de segurança, pé direito livre de, no mínimo, 6,00 (seis) metros), no mesmo estilo arquitetônico da construção existente, podendo ser aproveitada a construção já existente como parte do armazém, ampliando-o com a adequação da área administrativa e rampas existentes para vistoria de cargas devendo ser indicada a área para armazenagem de mercadorias perigosas/tóxicas;

2 - área descoberta, pavimentada para tráfego pesado, com 100.000m² (cem mil) metros quadrados, no mínimo (compreendendo os pátios de armazenagem, de manobra rodoviária, de estacionamento de veículos, reboques, semi-reboques e equipamentos), podendo ser aproveitada a área já existente como parte da área descoberta, ampliando-a;

3 – prédio administrativo em alvenaria com instalações completas e exclusivas para a Secretaria da Receita Federal – SRF e demais Órgãos Intervenientes, com área de expediente de 800 (oitocentos) metros quadrados, dividido internamente com paredes divisórias removíveis, em salas de aproximadamente 50 m2 cada (com leiaute a ser aprovado pela SRF após assinatura do contrato), devendo contar, ainda, com copa e sanitário masculino e feminino de uso privativo da SRF, conforme especificações genéricas das obras, constantes do Anexo VII deste edital.

4 – no mínimo 40 (quarenta) vagas privativas para os veículos dos servidores da SRF e dos Órgãos Intervenientes que atuarem na EADI;

5 – aumento para 14 (catorze) o número de rampas de inspeção de veículos de carga, com área de manobra, devendo tais rampas serem construídas em alvenaria com piso em concreto liso;

6 – reparos gerais no fechamento de toda a área da EADI com cerca ou muro e portões, com a mesma altura da existente, que ofereçam condições de segurança;

7 – reparos gerais nos pátios de estacionamento de veículos de carga e de funcionários, possibilitando condições de tráfego e manobra de caminhões;

8 - relocação das instalações utilizadas para expurgo;

a) memorial descritivo dos serviços e obras a serem executados no prazo de transição das administradoras – entendendo-se este como o período de 30 (trinta) dias imediatamente anteriores ao início da administração da EADI pela licitante a ser contratada -, que permitam a EADI condições técnicas, de conforto, higiene e segurança, na data do início de sua administração, sem a interrupção dos serviços públicos prestados;

b) memorial descritivo dos serviços e obras a serem executados no prazo para execução das obras estabelecido no item 3.2.1, inciso V, alínea “a”, deste edital, que permitam à EADI condições técnicas, de conforto, higiene e segurança;

c) memorial descritivo em que constem as medidas a serem adotadas, na data do início de funcionamento da EADI, para segurança e medicina do trabalho, vigilância, prevenção e combate a incêndio, segurança física de pessoas, cargas e veículos, manutenção e conservação das instalações;

d) cronograma físico/financeiro de execução das obras e serviços necessários ao perfeito funcionamento da EADI, observados o projeto, os memoriais descritivos contemplando tanto o prazo de transição das administradoras quanto o prazo para execução das obras;

VI - documento em que discrimine as facilidades e os equipamentos disponíveis, na data do início da administração da EADI, pela licitante a ser contratada, sendo, no mínimo de:

a) 7 (sete) linhas telefônicas instaladas, com aparelhos telefônicos disponíveis em todas as salas das unidades armazenadoras, inclusive na área de depósito de mercadorias importadas e a exportar e nas dependências reservadas exclusivamente à SRF e os Órgãos Intervenientes, das quais, pelo menos, duas linhas instaladas com aparelhos de fac-símile;

b) 35 (trinta e cinco) microcomputadores com impressoras e aplicativos, conforme especificações mínimas constantes do Anexo X, sendo trinta para uso privativo da SRF e destes, vinte interligados ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX e cinco para uso dos Órgãos Intervenientes;

c) 3 (três) balanças rodoviárias eletrônicas, com sistema antifraude e interligação com sistema informatizado, com capacidade igual ou superior a 60 (sessenta) toneladas, com respectivas especificações;

d) 8 (oito) empilhadeiras, sendo 3 (três) com capacidade mínima de 4 (quatro) toneladas; 3 (três) com capacidade mínima de 2,5 (duas e meia) toneladas; e 2 (duas) com capacidade mínima de 1,5 (uma e meia) toneladas, com torre rebaixada, para estufamento de contêineres;

e) 2 (duas) balanças decimais com capacidade mínima de 1500 (mil e quinhentos) quilogramas;

f) 2 (duas) balanças eletrônicas de precisão com capacidade mínima para 50 (cinquenta) quilogramas (cada uma);

g) 40 (quarenta) tomadas trifásicas para alimentação de contêineres frigorificados, sendo 5 (cinco) de 440V e 35 (trinta e cinco) de 380V;

h) 1(um) equipamento de raios-X (*scanner*), conforme especificações constantes do Anexo III deste edital.

i) 1 (uma) paleteira elétrica com capacidade mínima para 1.500 (um mil e quinhentos) quilogramas;

j) 1 (uma) paleteira manual com capacidade mínima para 1.500 (um mil e quinhentos) quilogramas;

k) 1 (uma) esteira transportadora para carga e descarga com comprimento mínimo de 6 (seis) metros;

l) 1 (um) equipamento de maçarico e solda elétrica para abertura e fechamento de contêineres;

m) 1 (um) aspirador para carga e descarga de granéis sólidos;

n) instalações apropriadas (ou silo) para armazenagem mínima de 40 (quarenta) m³ de granéis sólidos;

VII - descrição simplificada do sistema informatizado de controle operacional, com os requisitos mínimos estabelecidos no anexo X, a ser adotado na EADI, na data da vistoria de que trata o item 7.6 deste edital, com a relação dos equipamentos necessários que serão instalados para funcionamento em rede, para tráfego de veículos rodoviários e de armazenamento de mercadorias, que considere, no mínimo, a sua entrada, movimentação, permanência e saída, e acesso, permanência e saída de pessoas. O sistema deverá estar interligado aos pontos de fronteira com o Paraguai e com a Argentina e à sede da Delegacia da Receita Federal em Foz de Iguaçu;

VIII - documento em que discrimine o pessoal técnico (gerente e fiel) que atuarão na EADI, acompanhado dos respectivos currículos, sendo obrigatória à anexação dos comprovantes que atestem experiência, nos respectivos cargos para os quais estão sendo propostos, exercidos em locais de armazenagem, guarda ou transporte de mercadorias; caso haja necessidade de suas substituições, estas só poderão ser efetivadas mediante prévia comunicação ao titular da unidade da

SRF jurisdicionante da EADI, devendo os substitutos possuir, também, comprovada experiência profissional.

IX – declaração da licitante de que tomou conhecimento das exigências constantes na licença ambiental prévia nº 08082 (anexo IX deste Edital), expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná;

X - declaração da licitante que não possui menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e que não utiliza o trabalho de menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, conforme anexo VI deste Edital.

3.2.2 As licitantes deverão estar cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 21/07/95, do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE e do contido no Decreto nº 3.722/2001.

3.2.2.1 A licitante que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) nos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral ou Liquidez Corrente, deverá fazer constar do envelope “Documento de Habilitação “ comprovante de que possui patrimônio líquido não inferior a R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

3.2.2.2 O cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais - SISG.

3.2.2.3 O interessado deverá providenciar o seu cadastramento e sua habilitação parcial no SICAF, apresentando a documentação discriminada na IN - MARE nº 5/95, no mínimo três dias úteis antes daquele previsto para o recebimento dos documentos de habilitação e classificação e a revalidação/atualização de documentos, em até um dia útil, observado, para ambos os casos, o estabelecido no item 18.4 deste edital.

3.2.3 As licitantes deverão apresentar, no envelope "Documentos de Habilitação", declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo Anexo VIII, aplicando-se, também, às licitantes, o disposto no item 3.2.2.1 deste edital.

3.3 DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 2)

3.3.1 O envelope "Proposta" deverá conter a proposta da licitante, que será apresentada em uma via, em idioma nacional, em papel timbrado da licitante ou identificada com o carimbo padronizado do CNPJ, sem ressalvas, emendas ou rasuras, devendo suas folhas serem rubricadas e a última assinada por quem de direito.

3.3.2 Da proposta deverá constar:

I – prazo máximo para o início de funcionamento da EADI, contado a partir da data de aprovação do contrato a que se refere o item 6.3, não podendo tal prazo exceder o limite de 30 (trinta) dias corridos, e declaração de compromisso de que no dia seguinte ao término do contrato com a atual administradora da EADI, a licitante contratada iniciará suas atividades;

II - tarifas (em algarismos e por extenso), que compreendam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da concessionária e amortização do investimento (custos

envolvidos no capital investido, no caso dos equipamentos móveis, tais como: veículos, empilhadeiras, balanças decimais, mobiliário, equipamentos de raios-X (scanners) etc), a serem cobradas dos usuários pela armazenagem das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, especificando:

a) tarifas para armazenagem de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem, sendo:

1 - uma tarifa expressa em percentual sobre o valor CIF da mercadoria, por um período de dez dias ou fração (T_{AI1});

2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração, por um período de dez dias ou fração (T_{AI2});

3 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro quadrado (m^2) ou fração, por um período de dez dias ou fração (T_{AI3});

b) tarifas para armazenagem de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC, sendo:

1 - uma tarifa expressa em percentual sobre o valor FOB da mercadoria, por um período de trinta dias ou fração (T_{AE1});

2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração, por um período de trinta dias ou fração (T_{AE2});

3 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro quadrado (m^2) ou fração, por um período de trinta dias ou fração (T_{AE3});

III - tarifas (em algarismos e por extenso), que incluam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da concessionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido, no caso dos equipamentos móveis, tais como: veículos, empilhadeiras, balanças decimais, mobiliário, equipamentos de raios-X (scanners) etc), a serem cobradas dos usuários pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, especificando:

a) tarifas para movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem, sendo:

1 - tarifas para mercadoria paletizada:

1.1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração (T_{MI1});

1.2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{MI2});

2 - tarifas para mercadoria não paletizada:

2.1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração (T_{MI3});

2.2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{MI4});

3 - tarifas para mercadoria containerizada:

3.1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração (T_{MI5});

3.2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{MI6});

b) tarifas para movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC, sendo:

1 - tarifas para mercadoria paletizada:

1.1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração (T_{ME1});

1.2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{ME2});

2 - tarifas para mercadoria não paletizada:

2.1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração (T_{ME3});

2.2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{ME4});

3 - tarifas para mercadoria containerizada:

3.1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração (T_{ME5});

3.2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração (T_{ME6});

IV - tarifas (em algarismos e por extenso) que incluam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da concessionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido, no caso dos equipamentos móveis, tais como: veículos, empilhadeiras, balanças decimais, mobiliário, equipamentos de raios-X (*scanners*) etc), a serem cobradas dos usuários pela estadia de veículos e unidades de carga, em períodos de 6 horas ou fração, especificando:

a) tarifas para estadia de veículos na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem, sendo:

1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por veículo com até 10 (dez) toneladas de peso (tara+carga) (T_{EI1}) que não poderá ser maior que a metade da tarifa T_{EI3} (item 3.3.2, IV, “a”, 3), ou seja:

$$T_{EI1} \leq T_{EI3} / 2$$

2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por veículo com mais de 10 (dez) toneladas e até 25 (vinte e cinco) toneladas de peso (tara+carga) (T_{EI2}), que não poderá ser menor que uma vez e meia a tarifa T_{EI1} (item 3.3.2, IV, “a”, 1) e nem maior que três quartos da tarifa T_{EI3} (item 3.3.2, IV, “a”, 3), ou seja:

$$1,5 \times T_{EI1} \leq T_{EI2} < 0,75 \times T_{EI3}$$

3- uma tarifa expressa em reais (R\$) para veículos com mais de 25 (vinte e cinco) toneladas de peso (tara+carga) (T_{EI3});

b) tarifas para estadia de veículos na exportação, na reexportação, na devolução, ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado, sendo:

1 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por veículo com até 10 (dez) toneladas de peso (tara+carga) (T_{EE1}) que não poderá ser maior que a metade da tarifa T_{EE3} (item 3.3.2, IV, “b”, 3), ou

seja:

$$T_{EE1} \leq T_{EE3} / 2$$

2 - uma tarifa expressa em reais (R\$) por veículo com mais de 10 (dez) toneladas e até 25 (vinte e cinco) toneladas de peso (tara+carga) (T_{EE2}), que não poderá ser maior que uma vez e meia a tarifa T_{EE1} (item 3.3.2, IV, “b”, 1) e nem maior que três quartos da tarifa T_{EE3} (item 3.3.2, IV, “b”, 3), ou seja:

$$1,5 \times T_{EE1} \leq T_{EE2} < 0,75 \times T_{EE3}$$

3- uma tarifa expressa em reais (R\$) por veículo com mais de 25 (vinte e cinco) toneladas de peso (tara+carga) (T_{EE3}).

V - tarifas (em algarismos e por extenso) que incluam todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da concessionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido, no caso dos equipamentos móveis, tais como: veículos, empilhadeiras, balanças decimais, mobiliário, equipamentos de raios-X (*scanners*) etc), a serem cobradas dos usuários pela pesagem de quaisquer veículos que ingressarem na EADI, especificando:

a) tarifa para pesagem de veículos na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem, sendo expressa em reais (R\$) por veículo a ser pesado (T_{PI});

b) tarifa para pesagem de veículos na exportação, na reexportação, na devolução, ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado, sendo expressa em reais (R\$) por veículo a ser pesado (T_{PE});

VI - percentuais (em algarismos e por extenso) para fins de cálculo do valor total a ser pago ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, criado pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, sendo:

a) um percentual, que não poderá ser inferior a seis por cento, a ser aplicado sobre a receita mensal obtida com a estadia e pesagem de veículos e unidade de carga, armazenagem e movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem (P_{FI});

b) um percentual, que não poderá ser inferior a dois por cento, a ser aplicado sobre a receita mensal obtida com a estadia e pesagem de veículos e unidade de carga, armazenagem e movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC (P_{FE});

VII - demonstrativos em forma de planilhas individuais, com valores expressos em reais (R\$)/ano, da composição de cada uma das tarifas constantes dos incisos II, III, IV e V deste subitem, a serem cobradas dos usuários pela prestação dos serviços de estadia e pesagem de veículos e unidades de cargas, movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e destinadas a exportação, discriminando todos os componentes considerados na formação das tarifas, no tocante aos custos e receitas relativos a esses componentes.

a) Não serão aceitas tarifas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que não comprovem a exequibilidade da proposta, relativamente a cada uma das tarifas apresentadas, ou com preços excessivos, sob pena de desclassificação da licitante, conforme o estabelecido no subitem 5.2.2 deste edital;

b) caso a licitante opte pela prestação dos serviços acessórios de que trata o item 7.2 deste edital, os demonstrativos deverão indicar a redução motivada pela receita com os referidos serviços;

VIII - demonstrativo da viabilidade econômica do empreendimento, em forma de planilha, com valores expressos em reais (R\$)/ano, mediante a aplicação das tarifas estabelecidas pela licitante, conforme o disposto no inciso anterior. Para efeito do demonstrativo a ser apresentado, cada licitante deverá estimar:

a) o valor (em CIF; R\$/m²; R\$/m³; na importação, e em FOB; R\$/m²; R\$/m³, na exportação) e a quantidade (m², m³ ou tonelada), das mercadorias a serem movimentadas e armazenadas na EADI;

b) número de veículos para pesagem e o número de veículos com cargas de importação e de exportação para estadia na EADI (por classificação de peso: até 10 toneladas, de 10 a 25 toneladas e mais de 25 toneladas).

3.3.3 Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso serão considerados estes últimos.

3.3.4 Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4 No caso de participação de licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes disposições:

I - O envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter:

a) documento que comprove compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito por todas as consorciadas;

b) documento que indique a empresa responsável pelo consórcio (líder), subscrito por todas as consorciadas;

c) ocorrendo, com qualquer das consorciadas, a hipótese prevista no item 3.2.2.1, todas as consorciadas deverão apresentar comprovantes de seus respectivos patrimônios líquidos, admitindo-se o somatório dos valores de cada consorciada para compor o patrimônio líquido mínimo exigido, nas proporções de suas respectivas participações no consórcio;

d) documento exigido no inciso I do item 3.2.1 deste edital, relativamente à empresa responsável pelo consórcio;

e) documentos exigidos nos incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII do item 3.2.1 deste edital, subscritos por todas as consorciadas;

II - A proposta (item 3.3.1 deste edital) deverá ser subscrita por todas as consorciadas.

III - Empresas em consórcio estarão impedidas de participar, na presente licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

IV - O consórcio licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos dos documentos referidos nas alíneas “a” e “b” do inciso I do item 3.4 deste edital.

V - A empresa líder do consórcio (item 3.4, I, “b”) será a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

VI - No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

VII - Aplicam-se a todas as licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio as disposições constantes do item 3.2.2.1. a 3.2.2.3.

4. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

4.1 No dia, hora e local designados neste edital, na presença das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, a documentação exigida para a habilitação e a proposta, e registrará em ata a presença dos participantes. Após o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.

4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

4.3 Quando da entrega dos envelopes "Documentos de Habilitação" e "Proposta", o representante da licitante deverá apresentar à Comissão o seu credenciamento.

4.4 Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I - documento oficial de identidade;

II - documento que comprove a capacidade de representação, no caso do representante ser sócio-gerente ou diretor da licitante, ou procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei.

4.5 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto nos itens 4.3 e 4.4 deste edital.

4.6 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.7 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5. DO JULGAMENTO

O julgamento da licitação será realizado em duas fases:

I - a fase de habilitação que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" de cada licitante, relativamente ao

atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como a verificação da situação das licitantes perante o SICAF;

II - a fase de classificação e julgamento final que compreenderá a verificação e análise de todos os elementos contidos nos envelopes "Proposta" das licitantes habilitadas na fase anterior e a elaboração da relação de classificação final das licitantes.

5.1 Fase de Habilitação

5.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 4 deste edital, o Presidente da Comissão anunciará a abertura dos envelopes referentes aos "Documentos de Habilitação", os quais serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes.

5.1.2 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

5.1.2.1 A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da licitante inscrita no SICAF será confirmada por meio de consulta "on line", quando da abertura dos envelopes "Documentos de Habilitação".

5.1.2.1.1 Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante (Anexo V da IN - MARE nº 5/95), declarações estas que deverão ser assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes das licitantes presentes.

5.1.2.1.2 As declarações serão juntadas ao processo de licitação.

5.1.2.1.3 Havendo irregularidade no cadastramento ou na habilitação parcial, a licitante será inabilitada.

5.1.2.1.4 Também será inabilitada a licitante que não esteja cadastrada e habilitada parcialmente no SICAF nos termos deste edital.

5.1.2.1.5 No caso de a licitante ser inabilitada e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN - MARE nº 5/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o Presidente da Comissão suspenderá os trabalhos e comunicará o fato à Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio do Ministério do Orçamento e Gestão.

5.1.3 Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.

5.1.3.1 Caso estejam presentes todos os representantes das licitantes, a Comissão poderá intimá-los verbalmente da decisão sobre a habilitação ou inabilitação. Caso contrário, a intimação far-se-á por meio de publicação no Diário Oficial da União. Em qualquer caso, tudo deverá constar da ata que será assinada por todos os seus membros e pelos representantes das licitantes.

5.1.3.2 Intimadas as licitantes verbalmente, em sessão, da decisão da Comissão e não havendo intenção de interposição de recurso por parte de nenhuma delas, fato que deverá constar da ata, serão devolvidos às licitantes inabilitadas os envelopes fechados com as propostas, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes "Proposta" das licitantes habilitadas.

5.1.3.3 Havendo, na sessão, manifestação de intenção de interposição de recurso por parte de qualquer licitante, fato que deverá constar da ata, a Comissão encerrará a reunião, mantendo em seu poder todos os envelopes de “Proposta” devidamente fechados e rubricados, abrindo-se, desta forma, o período recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.4 Caso julgue necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, tudo sendo registrado em ata.

5.1.4.1 Suspensa a reunião, todos os documentos de habilitação e os envelopes “Proposta”, estes devidamente fechados, ficarão em poder da Comissão, após serem rubricados por todos os seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.

5.1.4.2 Após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, a Comissão fará publicar no Diário Oficial da União, sua decisão quanto à habilitação, observando-se o disposto no item 15.2.

5.1.5 Publicada a decisão da Comissão no Diário Oficial da União, abre-se o período recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.5.1 Decorrido o período recursal sem interposição de recursos, ou apreciados os eventualmente interpostos na forma da lei, a Comissão marcará data para abertura dos envelopes “Proposta” das licitantes habilitadas. Os envelopes relativos às propostas das licitantes inabilitadas, permanecerão em poder da Comissão, devidamente lacrados, à disposição da licitante interessada, durante vinte dias contados da data da ciência da inabilitação, após os quais, serão destruídos.

5.1.6 Após a fase de habilitação, não é admitida desistência da proposta, que será considerada em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente aceito pela Comissão.

5.1.7 Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada das causas da inabilitação, permanecendo os envelopes de propostas em seu poder.

5.2 Fase de Classificação e Julgamento Final.

5.2.1 Decidida a habilitação, serão abertos os envelopes “Proposta” das licitantes habilitadas, os quais serão rubricados folha por folha pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes, e será suspensa a reunião para análise das propostas e, se for o caso, para a realização de diligências ou consultas.

5.2.2 Serão consideradas desclassificadas as licitantes que apresentarem as propostas em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, bem como as que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou comprovadamente inexequíveis, ou com preços excessivos.

5.2.2.1 Será, também, desclassificada:

I - a proposta que, para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes;

II - a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa da União que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade.

5.2.3 Concluída a análise das propostas, a Comissão fará publicar no Diário Oficial da União a sua decisão, sobre a classificação e julgamento final da licitação, o que abrirá o período recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2.4 Serão submetidas ao julgamento final (item 5.2.6 deste edital) somente as propostas das licitantes que não tenham sido consideradas desclassificadas nos termos do item 5.2.2.

5.2.5 Quando todas as licitantes forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação.

5.2.6 No julgamento final da proposta será considerada a combinação do menor valor da tarifa do serviço a ser prestado com a maior oferta de pagamento ao FUNDAF.

5.2.6.1 Relativamente ao valor da tarifa do serviço a ser prestado:

I) Tarifas para armazenagem (item 3.3.2, II):

a) na importação (item 3.3.2, II, “a”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{AI1} (item 3.3.2, II, “a”, 1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{AI2} e T_{AI3} (item 3.3.2, II, “a”, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TAI1} , N_{TAI2} e N_{TAI3} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TAI1} , N_{TAI2} e N_{TAI3} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de armazenagem na importação N_{TAI} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TAI} = \frac{(N_{TAI1} \times 2 + N_{TAI2} \times 4 + N_{TAI3} \times 4)}{10}$$

b) na exportação (item 3.3.2, II, “b”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{AE1} (item 3.3.2, II, “b”, 1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{AE2} e T_{AE3} (item 3.3.2, II, “b”, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TAE1} , N_{TAE2} e N_{TAE3} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TAE1} , N_{TAE2} e N_{TAE3} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de armazenagem na exportação N_{TAE} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TAE} = \frac{(N_{TAE1} \times 2 + N_{TAE2} \times 4 + N_{TAE3} \times 4)}{10}$$

II) Tarifas para movimentação (item 3.3.2, III):

a) na importação (item 3.3.2, III, “a”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{MI1} (item 3.3.2, III, “a”, 1.1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{MI2} , T_{MI3} , T_{MI4} , T_{MI5} , e T_{MI6} (item 3.3.2, III, “a”, 1.2, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TM11} , N_{TM12} , N_{TM13} , N_{TM14} , N_{TM15} , e N_{TM16} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TM11} , N_{TM12} , N_{TM13} , N_{TM14} , N_{TM15} , e N_{TM16} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de movimentação na importação N_{TMI} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TMI} = \frac{(N_{TM11} \times 1 + N_{TM12} \times 1 + N_{TM13} \times 2 + N_{TM14} \times 3 + N_{TM15} \times 1 + N_{TM16} \times 2)}{10}$$

b) na exportação (item 3.3.2, III, “b”):

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{ME1} (item 3.3.2, III, “b”, 1.1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{ME2} , T_{ME3} , T_{ME4} , T_{ME5} , e T_{ME6} (item 3.3.2, III, “b”, 1.2, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TME1} , N_{TME2} , N_{TME3} , N_{TME4} , N_{TME5} , e N_{TME6} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TME1} , N_{TME2} , N_{TME3} , N_{TME4} , N_{TME5} , e N_{TME6} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de movimentação na exportação N_{TME} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TME} = \frac{(N_{TME1} \times 1 + N_{TME2} \times 1 + N_{TME3} \times 2 + N_{TME4} \times 3 + N_{TME5} \times 1 + N_{TME6} \times 2)}{10}$$

III) Tarifas para estadia de veículos (item 3.3.2, IV):

a) na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem:

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{EI1} (item 3.3.2, IV, “a”, 1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{EI2} e T_{EI3} (itens 3.3.2, IV, “a”, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TEI1} , N_{TEI2} , e N_{TEI3} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TEI1} , N_{TEI2} , e N_{TEI3} obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de estadia de veículos na importação N_{TEI} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TEI} = \frac{(N_{TEI1} \times 3 + N_{TEI2} \times 4 + N_{TEI3} \times 3)}{10}$$

b) na exportação, na reexportação, na devolução, ou na redirecionamento, inclusive quando admitidas no regime de depósito alfandegado certificado:

1 - será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{EE1} (item 3.3.2, IV, “b”, 1); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais. O mesmo procedimento será adotado para as tarifas T_{EE2} , e T_{EE3} (itens 3.3.2, IV, “b”, 2 e 3), obtendo-se, dessa forma, notas N_{TEE1} , N_{TEE2} , e N_{TEE3} para cada proposta;

2 - será calculada a média ponderada das notas N_{TEE1} , N_{TEE2} , e N_{TEE3} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de estadia de veículos na exportação, movimentação na exportação, na devolução, ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de depósito alfandegado certificado, mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TEE} = \frac{(N_{TEE1} \times 3 + N_{TEE2} \times 4 + N_{TEE3} \times 3)}{10}$$

IV) Tarifas para pesagem de veículos (item 3.3.2, V):

a) na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem, será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{PI} (item 3.3.2, V, “a”); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais, obtendo-se, dessa forma, nota N_{TPI} para cada proposta;

b) na exportação, na reexportação, na devolução, ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de depósito alfandegado certificado, será atribuída nota dez à proposta que apresentar a menor tarifa T_{PE} (item 3.3.2, V, “b”); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais, obtendo-se, dessa forma, nota N_{TPE} para cada proposta;

V - Será calculada a média ponderada das notas N_{TAI} , N_{TMI} , N_{TEI} e N_{TPI} (item 5.2.6.1, I, “a”, 2 ; item 5.2.6.1, II, “a”, 2 ; item 5.2.6.1, III, “a”, 2 e item 5.2.6.1, IV, “a”), obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de importação N_{TI} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TI} = \frac{(N_{TAI} \times 0,4 + N_{TMI} \times 0,6 + N_{TEI} \times 8 + N_{TPI} \times 1)}{10}$$

VI - Será calculada a média ponderada das notas N_{TAE} , N_{TME} , N_{TEE} e N_{TPE} (item 5.2.6.1, I, “b”, 2 ; item 5.2.6.1, II, “b”, 2 ; item 5.2.6.1, III, “b”, 2 e item 5.2.6.1, IV, “b”), obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa de exportação N_{TE} , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_{TE} = \frac{(N_{TAE} \times 0,4 + N_{TME} \times 0,6 + N_{TEE} \times 8 + N_{TPE} \times 1)}{10}$$

VII - Será calculada a média ponderada das notas N_{TI} e N_{TE} (item 5.2.6.1, V e item 5.2.6.1, VI), obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa N_T , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_T = \frac{(N_{TI} \times 3 + N_{TE} \times 7)}{10}$$

5.2.6.2 Relativamente ao pagamento ao FUNDAF (item 3.3.2, VI):

I - Será atribuída nota dez à proposta que apresentar o maior percentual P_{FI} (item 3.3.2, VI, “a”); às demais propostas serão atribuídos pontos diretamente proporcionais, obtendo-se, dessa forma, uma nota N_{FI} para cada proposta.

II - Será atribuída nota dez à proposta que apresentar o maior percentual P_{FE} (item 3.3.2, VI, “b”); às demais propostas serão atribuídos pontos diretamente proporcionais, obtendo-se, dessa forma, uma nota N_{FE} para cada proposta.

III - Será calculada a média ponderada das notas N_{FI} e N_{FE} (item 5.2.6.2, I e item 5.2.6.2, II), obtendo-se, para cada proposta, uma nota de pagamento ao FUNDAF N_F , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$N_F = \frac{(N_{FI} \times 7 + N_{FE} \times 3)}{10}$$

5.2.6.3 Será calculada a média ponderada das notas N_T (item 5.2.6.1, VII) e N_F (item 5.2.6.2, III), obtendo-se, para cada proposta, uma nota final NF , mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{(N_T \times 8 + N_F \times 2)}{10}$$

5.2.6.4 As licitantes serão classificadas em ordem decrescente, em relação as suas Notas Finais (NF).

5.2.6.5 Havendo duas ou mais licitantes com a mesma Nota Final (NF), será melhor classificada a licitante que seja empresa brasileira.

5.2.6.6 Persistindo a igualdade, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

5.2.6.7 Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

5.2.6.8 Será declarada vencedora da presente licitação, a licitante classificada em primeiro lugar.

5.3 No julgamento das propostas observar-se-á que:

I - para a obtenção das notas discriminadas nos itens 5.2.6.1, 5.2.6.2 e 5.2.6.3 deste edital, serão procedidos cálculos até a segunda casa decimal, inclusive, desprezando-se as demais;

II - não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital ou baseada nas ofertas das demais licitantes;

III - não será atribuída qualquer pontuação à proposta que tenha sido desclassificada.

5.4 Publicado o resultado do julgamento da licitação, no Diário Oficial da União, e após decididos os recursos eventualmente interpostos, ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, o julgamento da licitação será submetido ao Superintendente da Receita Federal da 9ª RF, para homologação e adjudicação.

6. DA CONTRATAÇÃO

A concessão precedida da execução de obra pública para a prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias na EADI será formalizada por termo de contrato, celebrado entre a União, representada pela SRRF 9ª (denominada concedente para fins de contrato), e a licitante vencedora (denominada concessionária para fins de contrato), que observará os termos da Lei nº 8.987, de 1995, deste edital e demais normas pertinentes.

6.1 A licitante vencedora terá o prazo de cinco dias úteis, contados da devida convocação, para celebrar o referido contrato, do qual fará parte o edital e a respectiva proposta. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no item 13.4 deste edital.

6.2 Se a licitante vencedora não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado à SRRF 9ª convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, com referência às tarifas (item 3.3.2, II, III, IV e V) e aos percentuais (item 3.3.2, VI), ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no item 13.4 deste edital.

6.3 O contrato resultante da presente licitação só terá validade e eficácia depois de aprovado pelo Secretário da Receita Federal e publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

6.4 Incumbirá à SRRF 9ª providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do contrato no "Diário Oficial da União", até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

6.5 Para assinatura do contrato, pela licitante vencedora, deverá ser verificado, pela concedente, por meio de consulta "on line" ao SICAF, a regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da licitante vencedora no referido sistema.

6.5.1 O resultado da consulta será impresso e juntado ao processo.

6.6 A SRF, no interesse do Serviço Público, poderá promover novas licitações para outorga de concessão precedida da execução de obra pública ou permissão, se for o caso, para a prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias em EADI, no mesmo município estabelecido no item 1.

6.7 Não será admitida a subconcessão, a associação do contratado com outrem, a cessão, total ou parcial, da concessão outorgada, objeto deste edital.

6.7.1 A concessionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e outros assemelhados.

6.8 A formalização do contrato de concessão impõe à concessionária as obrigações e encargos relacionados com a prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, movimentação e armazenagem de mercadorias na EADI, o que deverá ser feito com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia de atendimento e modicidade das tarifas, na forma estabelecida na legislação específica, e obedecidas às disposições constantes do Anexo IV deste edital.

6.9 A concessionária deverá assinar com a União Contrato de Cessão, sob o Regime de Arrendamento, pelo uso de imóvel próprio nacional, o qual será administrado pela Secretaria do Patrimônio da União, nos termos da minuta do contrato constante do Anexo V deste edital.

7. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 Na EADI a concessionária incumbir-se-á da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com a estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação.

7.2 Na EADI a concessionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da concessão, de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado, prestados facultativamente aos usuários, relativos a limpeza e desinfecção de veículos e unidades de carga, fornecimento de energia, retirada de amostras, lonamento e deslonamento, emissão de títulos, colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, embalagem e reembalagem, unitização e desunitização e outros serviços complementares à estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, movimentação e armazenagem de mercadorias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

7.3 Deverá ser colocada apenas placa de identificação da EADI nas dimensões 2,5m X 5,0m, por conta da concessionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela SRRF jurisdicionante.

7.3.1 Caso a concessionária queira que conste da placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, uma área equivalente a um quinto da área da placa.

7.4 Durante a execução do contrato, havendo interesse da concessionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas às expensas da concessionária, após autorização da concedente, sem prejuízo do disposto no item 6.6 deste edital.

7.5 O exercício da fiscalização por parte da concedente (inciso I do item 10) não exclui nem reduz a responsabilidade da concessionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade da concedente.

7.6 O alfandegamento será outorgado no início de funcionamento da EADI, durante a vigência do contrato de concessão, devendo a verificação de cumprimento das obrigações contratuais ser vistoriada por comissão de vistoria, designada pelo chefe da unidade sub-regional ou

local, que lavrará termo de vistoria circunstanciado, no prazo previsto no item 3.2.1, inciso V, letra "a".

7.7 O ato declaratório de alfandegamento da EADI será expedido na vigência do prazo contratual, cumpridas as condições do contrato.

7.8 No exercício da fiscalização, a concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

7.9 Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão, designada pelo Superintendente da Receita Federal da 9ª RF, composta de representantes da concedente, da concessionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 1995.

7.10 Os serviços prestados na EADI observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas pertinentes e na proposta apresentada na licitação.

7.11 O dirigente da unidade sub-regional ou local da SRF, com jurisdição sobre a EADI, expedirá as normas operacionais necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor que acompanhará e fiscalizará permanentemente a sua execução.

8. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços prestados pela concessionária, na EADI, serão pagos pelo usuário, sendo que os relativos à estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, movimentação e armazenagem de mercadorias, conforme tarifas constantes da proposta vencedora, e os serviços conexos conforme o constante do item 7.2 deste edital.

8.1.1 Observados o tipo de serviço (estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, movimentação ou armazenagem), o tipo de operação (importação ou exportação), na estadia o peso dos veículos (menos de 10 toneladas, entre 10 e 25 toneladas e mais de 25 toneladas) e, na movimentação, também o tipo de acondicionamento (paletizada, não paletizada ou containerizada), a concessionária poderá, a seu critério, cobrar pelos serviços prestados aos usuários, quaisquer das tarifas respectivas constantes da sua proposta (ad valorem, por peso, por volume ou por área).

8.1.2 Será permitido acordo entre a concessionária e o usuário nos seguintes casos:

I - cobrança de tarifas menores que as constantes da proposta apresentada na licitação;

II - cobrança de tarifas maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando se tratar de produtos tóxicos, odorantes, inflamáveis, corrosivos e outros produtos considerados perigosos ou nocivos à saúde pela legislação pertinente, bem como produtos frágeis e de difícil manipulação, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %);

III - cobrança de tarifas de movimentação maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando o objeto for a prestação de serviços de responsabilidade da contratada fora do expediente normal de funcionamento da EADI, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %);

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), não cumulativo.

8.1.3 Nos casos previstos no item anterior, o pagamento ao FUNDAP será calculado com base nas tarifas estabelecidas no acordo.

8.1.4 No período de transição das administrações, de que trata o item 3.2.1, inciso IV, alínea “a”, e item 18.10 deste edital, a licitante vencedora não auferirá remuneração relativa a tarifas e receitas acessórias.

8.2 Revisão das Tarifas

8.2.1 Os preços referentes à estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, movimentação e armazenagem de mercadorias poderão ser revistos a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.2 O pedido de revisão dos preços, quando requerido pela concessionária, deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (item 3.3.2, VII), comprove a quebra do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.3 Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4 Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a SRRF 9ª RF deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

8.2.5 Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6 As receitas acessórias, de que trata o item 7.2 deste edital, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.3 Reajuste das Tarifas

8.3.1 Os preços dos serviços permitidos serão reajustados anualmente, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = \frac{I}{I_0} V_0$$

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês do reajuste;

I₀ = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês de apresentação da proposta;

V₀ = valor da tarifa constante da proposta.

8.3.2 Em caso de revisão contratual de tarifas, o novo termo inicial do período de reajuste será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.

9. DA VIGÊNCIA

9.1 O presente Contrato terá vigência a partir da data assinalada na notificação de que trata o inciso I, item 3.3.2 deste Edital e terá duração de 10 (dez) anos.

9.2 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, devidamente autuados em processo.

9.3 A concessionária, embora inicie suas instalações após a aprovação do contrato, como os preparativos para sua operação, iniciará suas atividades somente depois de encerrado o período de transição das administradoras, no dia seguinte ao término do contrato com a administradora atual da EADI.

10. DOS ENCARGOS DA CONCEDENTE

Incumbe à concedente:

I – acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais, por intermédio da unidade sub-regional ou local com jurisdição sobre o terminal;

a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 21 da Instrução Normativa SRF nº 55, de 23 de maio de 2000, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da Concessionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, em co-responsabilidade por parte da Concedente;

II - vistoriar o terminal a ser alfandegado por intermédio de comissão de vistoria, designada pelo chefe da unidade sub-regional ou local.;

III - alfandegar a EADI, por meio de ato declaratório mencionado nos itens 7.6 e 7.7 deste edital, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do terminal, após lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde que satisfeitas todas as condições contratuais;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a concessão, nos casos previstos no item 14 deste edital;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei nº 8.987, de 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;

XIII - encaminhar ao Tribunal de Contas da União - TCU cópia da documentação a que se refere o art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 27, de 27 de dezembro de 1998;

XIV - prestar ao TCU, quando for o caso, as informações relativas aos fatos enumerados no art. 12 da Instrução Normativa TCU nº 27, de 1998;

XV – acompanhar e supervisionar a transição das administrações, prevista no item 3.2.1, inciso IV, alínea “a” deste edital.

10.1 A vistoria prevista no inciso II será procedida com observância dos seguintes procedimentos:

I - para o alfandegamento, a vistoria será realizada de forma permanente, durante o prazo de transição das administradoras, sendo comunicado de imediato à concessionária o não atendimento de condições estabelecidas neste edital, a qual sanará as referidas pendências, de modo a não comprometer a data de início das atividades da EADI pela licitante a ser contratada, estabelecida no item 9.3 deste edital;

II - da execução das obras, a vistoria será realizada no prazo de dez dias úteis, contado da comunicação a que se refere o inciso XI do item 11 deste edital;

III - sendo verificado que não foram atendidas todas as condições estabelecidas neste edital, a comissão consignará as pendências no respectivo termo que será levado ao conhecimento da concessionária, a qual sanará as referidas pendências, no prazo que lhe for assinado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

IV - transcorrido o prazo concedido, a comissão procederá nova vistoria, lavrando o respectivo termo;

V - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da concessão.

11. DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Incumbe à concessionária:

I - ter prepostos (gerente e fiel - inciso VIII do item 3.2.1, deste edital) na EADI, com experiência profissional em atividades ligadas à armazenagem, guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirá perante a SRF a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela concessionária;

II - observar, quanto ao pessoal, as disposições da lei de nacionalização do trabalho;

III - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e também por danos a terceiros;

IV - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando co-responsabilidade da concedente;

V – comunicar e submeter à aprovação prévia da Concedente, através do fiscal do contrato (item 7.11 deste edital) qualquer substituição da equipe técnica (gerente e fiel), observado o disposto no inciso VIII do item 3.2.1 deste edital;

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem capacidade profissional equivalente ao dos profissionais que substituem, conforme previsto pelo Inciso VIII do subitem 3.2.1 deste edital;

b) entende-se como "gerente" o funcionário da Concessionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências da EADI e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele terminal e como "fiel depositário" o funcionário da Concessionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem da EADI;

VI - acatar, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e contratados, as disposições contidas na legislação aduaneira vigente à época da celebração do contrato, e daquelas que vierem a sucedê-la ou alterá-la durante o período de sua execução, inclusive aí todos os atos normativos editados pela Secretaria da Receita Federal;

VII - fornecer todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infra-estrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela EADI;

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos de informática, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infra-estrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria da Receita Federal em exercício na EADI, devendo no entanto tais solicitações serem sempre devidamente justificadas pela Concedente, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de transporte e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da SRF em exercício na EADI;

VIII - responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, obedecendo às legislações comercial e aduaneira que tratam do assunto e submetendo-se às demais exigências da fiscalização da SRF;

IX - responder pelos tributos incidentes sobre as mercadorias sob sua guarda e responsabilidade e demais penalidades decorrentes, em caso de avaria, extravio ou acréscimo, exigíveis na data da apuração do fato;

X - apresentar à fiscalização da SRF, quando solicitado e em tempo hábil, as mercadorias armazenadas na EADI sob sua custódia, e todos os dados de administração,

contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pela EADI, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

a) só poderão ser armazenadas na EADI mercadorias que estiverem sob controle aduaneiro, devendo a Concessionária armazená-las de modo que seja mantida sempre uma separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas e aquelas que tiverem sido apreendidas ou retidas pela Secretaria da Receita Federal;

b) caberá à Concessionária adotar e seguir o *lay-out* de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

b.1) entende-se por *lay-out* de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns da EADI onde esteja evidenciada as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria mencionada na alínea "a" deste subitem;

c) caberá ao fiscal do contrato apreciar e aprovar qualquer alteração no referido *lay-out* de armazenagem, o qual, se aprovado, deverá ser fielmente seguido pela Concessionária;

d) poderá haver quantas alterações forem necessárias no *lay-out* de armazenagem, desde de que não prejudiquem os serviços de fiscalização da Secretaria da Receita Federal e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

e) ocorrendo qualquer alteração no *lay-out* de armazenagem da EADI, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar à pasta de documentação da EADI cópia do novo *lay-out*.

XI - comunicar à concedente, por escrito, por intermédio da unidade sub-regional ou local jurisdicionante, que o terminal encontra-se em condições de entrar em funcionamento, conforme proposta apresentada pela licitante, para fins de vistoria e comunicar também, antes do prazo previsto para término das obras previstas no item 3.2.1, inciso V, que estas se encontram concluídas;

XII – instalar e manter na EADI, sem ônus para a concedente, na EADI, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;

XIII - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, licenças ambientais, assentimentos sanitários, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações da EADI e à realização dos serviços lá prestados;

XIV - atender aos usuários conforme previsto no art. 7º da Lei nº 8.987, de 1995, e nas legislações comercial e aduaneira vigentes durante o período de execução do contrato;

XV – apresentar ao fiscal do contrato, até o quinto dia útil de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias;

XVI - disponibilizar espaço físico adequado e facilitar a instalação de órgãos que prestem serviços relativos ao controle administrativo das importações e exportações, controles fitossanitários, além de salas de múltiplo uso para despachantes aduaneiros e transportadores, bem como para postos de serviços bancários;

XVII - informar o vencimento do prazo de permanência no terminal das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga abandonadas, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida pela Instrução Normativa SRF nº 55, de 2000, ou pela legislação que vier a sucedê-la ou alterá-la;

XVIII - manter em local apropriado, por 120 dias, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga apreendidas pela unidade jurisdicionante da SRF, por decurso de prazo de permanência na EADI, ou que sejam considerados, pela legislação aduaneira em vigor, como abandonados;

a) o prazo passará a contar a partir da data em que ocorrer a apreensão ou então da data em que a concessionária informar a caracterização da situação de abandono, conforme previsto na legislação aduaneira em vigor;

b) decorrido o prazo mencionando, ficará a SRF responsável pelo pagamento do período de armazenagem excedente, devendo para tanto serem aplicadas as tarifas normalmente praticadas pela Concessionária.

XIX - manter os equipamentos de informática na EADI devidamente interligados ao Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX e à rede informatizada da SRF, devendo o acesso à referida rede ser de uso exclusivo dos funcionários da SRF que atuarem na EADI;

a) todos os equipamentos de informática da EADI que estiverem sendo utilizados exclusivamente pela SRF deverão atender aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela SRF;

XX - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, as quais serão verificadas trimestralmente pela Concedente por meio de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, de que trata a Instrução Normativa nº 5, de 31/07/95, do então Ministério da Administração e Reforma do Estado - MARE;

XXI - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

a) manter serviços adequados de vigilância na área interna e externa da EADI, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados na EADI, além de prestar serviços de segurança e medicina do trabalho e realizar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a Concedente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela EADI;

XXII - prestar contas da gestão do serviço à concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

XXIII - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

XXIV - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

XXV - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXVI - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXVII - executar, sem ônus para a concedente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso X deste item;

XXVIII - manter, no terminal, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXIX - publicar anualmente as demonstrações financeiras da concessionária;

XXX - efetuar o pagamento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75, a partir da data de entrada em operação da EADI, nos termos da proposta apresentada na licitação;

a) o pagamento deverá ser efetuado através de recolhimentos mensais aos cofres da União, a título de receitas alfandegadas, feitos por meio de DARFs (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), sob o código de receita: 6525, até o décimo dia de cada mês subsequente ao da ocorrência dos fatos que geraram o débito;

b) apresentar mensalmente ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês subsequente ao de referência, comprovante de recolhimento dos DARFs mencionados acima;

XXXI - efetuar o pagamento do aluguel do imóvel, no valor locativo de R\$ 23.351,00 (vinte e três mil, trezentos e cinquenta e um reais), a partir do início do funcionamento da EADI, durante a vigência do contrato de concessão, nos termos do item 3.3.2, inciso I deste edital;

a) o pagamento deverá ser efetuado através de recolhimentos mensais aos cofres da União, a título de Receita Patrimonial da União, por meio de DARF emitido pela Gerência Regional do Patrimônio da União, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido;

b) apresentar mensalmente ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês subsequente ao de referência, comprovante de recolhimento dos DARFs mencionados acima;

c) o valor locativo será reajustado anualmente, com base na variação do índice estipulado no contrato de cessão, a partir da sua assinatura;

XXXII - disponibilizar para a SRF, ao final da concessão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle operacional durante o prazo de funcionamento da EADI, bem como as especificações para acesso e recuperação desses dados, de que trata o inciso VII do item 3.2.1 deste Edital.

12. GARANTIA

Para o fiel cumprimento das obrigações relativas ao contrato de concessão, de que trata o inciso II do art. 23 da Lei nº 8.987, de 1995, a concessionária ficará obrigada a recolher, até a data da assinatura do contrato, garantia no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), numa das modalidades previstas no parágrafo primeiro do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

13. PENALIDADES

13.1 Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, a concessionária ficará sujeita às seguintes penalidades administrativas pela inexecução total ou parcial dos dispositivos contratuais aqui estabelecidos:

I - advertência;

II - multa:

a) de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por dia de atraso no início de funcionamento (inciso I do item 3.3.2).

b) de dois por cento sobre a receita de estadia e pesagem de veículos e unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência, que deverá ser recolhida em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, no Estado do Paraná, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela concedente;

c) de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por desistência de assumir a concessão, após assinatura do contrato, durante o prazo estipulado no inciso I do item 3.3.2, excluídas as hipóteses previstas na Instrução Normativa SRF nº 109, de 8 de dezembro de 2000.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Fazenda, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.3 Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

13.4 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato dentro do prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita a multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.5 O não recolhimento do pagamento devido ao FUNDAF até a data de seu vencimento, implicará a cobrança de multa e juros de mora, conforme previsto nas normas legais pertinentes, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis discriminadas no item 13.1 deste edital.

13.5.1 O atraso no recolhimento de que trata o parágrafo anterior, bem como do aluguel referente ao uso do imóvel, quando superior a trinta dias, ensejará a caducidade da concessão.

14. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Extingue-se a concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa concessionária.

14.1 No caso previsto no inciso II do item 14, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma do item 14.2 deste edital.

14.2 Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

14.3 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste item, do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, e as cláusulas contratuais.

14.3.1 A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender à intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

14.3.2 A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

14.3.3 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item 14.3.1 deste edital, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

14.3.4 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização.

14.3.5 Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

14.3.6 A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

14.4 O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

14.4.1 Na hipótese prevista no item 14.4, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

15. DOS RECURSOS

Sem prejuízo do disposto na legislação aduaneira, dos atos da concedente, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, caberá:

I - recurso, no prazo de cinco dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

II - representação, no prazo de cinco dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração de decisão do Ministro da Fazenda, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

15.1 O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste item terá efeito suspensivo e será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de cinco dias úteis.

15.1.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993).

15.2 A intimação dos atos referidos nas alíneas "a", "b", "c", "e" e "f", do inciso I deste item, excluindo-se as penas de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste item, se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feito por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

16. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente;

IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

17. DOS BENS REVERSÍVEIS

São considerados bens reversíveis para fins desta concorrência todas as construções e benfeitorias que integram e integrarem as instalações da EADI, pátios de armazenagem, armazéns, prédio(s) administrativo(s), rampas de vistoria e área de manobra. Também são considerados bens reversíveis mobiliários e equipamentos (empilhadeiras, balanças rodoviárias, computadores) de

propriedade da concessionária, que forem colocados a disposição para a prestação do serviço público concedido;

17.1 Os bens de que trata o item anterior serão colocados à disposição do poder concedente por ocasião da extinção da concessão.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, após a sua apresentação.

18.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

18.3 O Superintendente da Receita Federal da 9ª RF poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes direito a indenização.

18.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento.

18.5 Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.6 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná.

18.7 Na hipótese de não haver expediente no dia previsto para a abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

18.8 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão, na Superintendência Regional da Receita Federal da 9ª RF, na Rua Marechal Deodoro, 555 – 10º andar, Curitiba/PR, até dez dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada aos interessados que retiraram, contra recibo, cópia do edital na copiadora referida na letra “d” do item 18.11 deste.

18.9 As impugnações referidas nos itens 3.1.4 e 3.1.5, e os recursos mencionados no item 15 deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigidos ao Superintendente da Receita Federal da 9ª RF, por intermédio da Comissão, e recebidos no endereço referido no item anterior.

18.10 No período de transição de que trata o item 3.2.1, inciso IV, alínea “a”, deste edital, a licitante vencedora terá livre acesso à EADI, no sentido de serem obtidas junto à concessionária atual informações relativas à operacionalidade do terminal, sob a supervisão da unidade sub-regional ou local da Secretaria da Receita Federal, e realizar preparativos para sua efetiva operação no dia de início das atividades, para que não ocorra a solução de continuidade dos serviços públicos prestados no local.

18.11 Cópias do edital e seus anexos estarão disponíveis, para consulta, nos horários de 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:00 horas nos endereços abaixo relacionados:

- a) na Superintendência Regional da Receita Federal da 9ª RF – na Divisão de Administração Aduaneira - DIANA, situada na Rua Marechal Deodoro, 555 – 11º andar em Curitiba/PR;
- b) na Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, sito na Avenida Paraná, nº 1227, Foz do Iguaçu/PR;
- c) no site da Receita Federal, neste excluído o Anexo II - Planta do imóvel;
- d) e poderão ser obtidas, mediante o pagamento respectivo, na Copiadora Speed Graphic, situada na Rua XV de Novembro, 1191, loja 05, Curitiba-PR.

18.12 Os casos imprevisíveis serão resolvidos pelo Superintendente da Receita Federal da 9ª RF.

18.13 Fazem parte integrante deste edital:

ANEXO I - Minuta de contrato de concessão.

ANEXO II - Planta do imóvel - levantamento planimétrico.

ANEXO III - Especificações de equipamento de inspeção por raios-X (*scanner*).

ANEXO IV - Método de avaliação da qualidade dos serviços prestados em EADI.

ANEXO V – Minuta do contrato de arrendamento do imóvel com o SPU.

ANEXO VI – Minuta de declaração de não utilização de menores de 18 anos.

ANEXO VII - Especificações genéricas das obras a serem realizadas.

ANEXO VIII – Declaração de inexistência de fatos supervenientes.

ANEXO IX –Licença Prévia nº 08082, fornecida pelo Instituto Ambiental do Paraná.

ANEXO X – Especificação dos Equipamentos de Informática.

Curitiba, 20 de junho de 2002.

MARCO AURÉLIO JACOB BRETAS
Presidente da Comissão Especial de Licitação.